

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 14/02
DE 20/05/2002**

ACTA N.º 14/2002

Data da reunião ordinária: 20/05/2002

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 15,15 horas

Intervalo: das 17,25 horas às 17,55 horas

Términus da reunião: 21,20 horas

Resumo diário da Tesouraria: 17/05/2002 3.676.834,00 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **quinze horas e quinze minutos**.-----

--- **Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, solicitou aos Senhores Vereadores autorização para incluir na mesma os assuntos seguintes, não tendo havido oposição:**-----

--- Um – Remoção de veículos indevidamente estacionados na via pública – Proposta de Edital.-----

--- Dois – Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Santarém, a Drink-In - Companhia de Indústria de Bebidas e Alimentação, SA e as seguintes Associações Desportivas:-----

--- - União Desportiva de Santarém-----

--- - Centro de Convívio, Cultura e Desporto das Abitureiras-----

--- - Clube Desportivo Amiense-----

--- Seguidamente, deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”; tendo prestado as seguintes informações:-----

--- Um - Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Dois – Dia sete de Maio – Manteve uma reunião de trabalho com técnicos da Câmara Municipal de Santarém sobre o Projecto Al-Margem - segunda fase.-----

--- Três – Reuniu-se com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém.-

----Quatro – Dia oito de Maio - Presidiu à reunião de coordenação interna da actividade autárquica.-----

----Cinco – Visitou, acompanhado pelos senhores Vereadores o Instituto Politécnico de Santarém, tendo reunido com os responsáveis pelas diferentes escolas, e com o senhor Presidente do Instituto Politécnico de Santarém.-----

- Seis - Reuniu-se com dirigentes do Basket Clube de Santarém. -----
- Sete - Dia nove de Maio – Manteve uma reunião de trabalho com o Gestor do Programa Valtejo, para apresentação da segunda fase do Projecto Al-Margem. -----
- Oito - Manteve uma reunião de trabalho com representantes da empresa João Salvador.-----
- Nove - Presidiu a uma reunião de trabalhos com os senhores Vereadores e Secretários.-----
- Dez - Assistiu à inauguração da Loja, em Santarém, do Banco Português de Negócios.-----
- Onze - Dia dez de Maio - Recebeu, em audiência, o Director do “Mirante”. -----
- Doze - Reuniu-se com o Governador Civil do Distrito de Santarém. -----
- Treze - Esteve presente na inauguração da EXPOCAÇA-----
- Catorze - Participou, em Lisboa, na reunião da Associação Nacional dos Autarcas do Partido Socialista. -----
- Quinze - Participou na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Santarém. -----
- Dezasseis - Dia onze de Maio - Esteve presente nas cerimónias Protocolares dos Campeonatos Nacionais de Trampolim. -----
- Dezassete - Concedeu uma entrevista ao Jornal “O Ribatejo”.-----
- Dezoito - Dia treze de Maio – Manteve uma reunião de trabalho com os senhores Vereadores. -----
- Dezanove - Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----
- Vinte - Dia catorze de Maio – Reuniu-se com o responsável pela de Administração do Corinthya Hotel. -----
- Vinte e um - Visitou a Junta de Freguesia de Ribeira de Santarém.-----
- Vinte e dois - Recebeu, em audiência, a direcção dos Bombeiros Voluntários de Alcanede.
- Vinte e três - Manteve uma reunião de trabalho com o Executivo da Junta de Freguesia de Marvila.-----

- Vinte e quatro - Dia quinze de Maio - Recebeu, em audiência, a Directora do Centro de Emprego de Santarém.-----
- Vinte e cinco - Recebeu, em audiência, o senhor José Paradiz.-----
- Vinte e seis - Presidiu à reunião de trabalho com os Técnicos da Câmara Municipal de Santarém, acerca do Protocolo com a LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A..----
- Vinte e sete - Manteve uma reunião de trabalho com a Associação Comercial de Santarém.-----
- Vinte e oito - Recebeu, em audiência, o Presidente do Instituto Politécnico de Santarém.-----
- Vinte e nove – Reuniu-se com os Técnicos da Câmara Municipal de Santarém, acerca dos Parques de Estacionamento.-----
- Trinta - No Instituto Português da Juventude, participou no Debate “Políticas de Família”.-----
- Trinta e um - Dia dezasseis de Maio – Participou no Aniversário da Escola Superior de Enfermagem de Santarém. -----
- Trinta e dois - Reuniu-se com o Director da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. ---
- Trinta e três - Reuniu-se com a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Pernes. ----
- Trinta e quatro - Dia dezassete de Maio - Reuniu-se com os senhores Vereadores. ---
- Trinta e cinco - Participou no jantar de convívio do Santarém Basket Clube. -----
- Trinta e seis - Dia dezoito de Maio – Visitou a Frabrica de Cervejas Drink-In - Companhia de Indústria de Bebidas e Alimentação, SA. -----
- Trinta e sete - No Corinthya Hotel, participou no jantar com rotários, a convite do Rotary Clube de Santarém. -----
- Trinta e oito – Dia dezanove de Maio - Esteve presente no almoço de encerramento do Torneio de Futebol Veterano Santeirim.-----
- Trinta e nove - Aludiu ao orçamento rectificativo apresentado pelo Governo que, no início, continha aspectos que prejudicavam claramente o trabalho das Autarquias em prol do

desenvolvimento local, tendo-se entretanto, conseguido que alguns desses aspectos mais penalizadores fossem retirados. -----

--- Manifestou, contudo, a sua preocupação perante a forma como o actual Governo encara a relação com as Autarquias Locais.

--- Quarenta - Congratulou-se com o nascimento de um novo País – Timor, e sublinhou a responsabilidade que a sociedade portuguesa tem em ajudar esse País a desenvolver-se.

--- Disse esperar que o Governo respeite integralmente os compromissos anteriormente assumidos e que, eventualmente, reforce os laços de relacionamento entre o Estado Português e Timor de forma a que ajude um país que tanto precisa do apoio da comunidade internacional à qual nós estamos intimamente ligados, além de termos obrigações que decorrem da nossa própria história.-----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Um – Chamou a atenção para o facto de ter recebido um convite do Basket Clube de Santarém apenas no dia dezassete, embora datado de dez do corrente mês, o que impossibilitou a sua presença num jantar onde gostaria de ter participado.-----

--- Dois – Informou que um conjunto de dez jovens com idades compreendidas entre os quinze e os dezoito anos, do Grupo Académico de Danças Ribatejanas, a convite da Casa da Europa, deslocou-se a França. -----

--- Para além do espectáculo que apresentaram, levaram duas exposições, uma sobre Fernando Pessoa e, outra, sobre Salgueiro Maia. Em conjunto com outros oito Países que concorreram, estes jovens foram os primeiros classificados naquele certame.-----

--- Engrandeceram Santarém, representaram bem o País e, naturalmente, o Grupo Académico de Danças Ribatejanas, afirmou. -----

--- Três – Congratulou-se com o facto de, ontem, Timor – o primeiro país a tornar-se independente no Século XXI – ter finalmente saído da situação em que se encontrava e ter passado a gerir os seus destinos. -----

--- Felicitou o povo de Timor que tanto merece por tanto que sofreu ao longo de vinte e sete anos. -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Um – Referiu ter sido contactada por dirigentes de algumas associações culturais do Concelho de Santarém, que estão preocupados pelo não cumprimento de protocolos que vêm de mandatos anteriores e que correspondem a necessidades de despesas correntes que essas Associações mantêm ao longo do ano. -----

--- Assim, solicitou esclarecimentos sobre o cumprimento, ou não, destes protocolos.---

--- Solicitou também esclarecimentos sobre a situação dos protocolos com as Associações de Bombeiros e com as Juntas de Freguesia.-----

--- Dois – Referiu que ia apresentar uma proposta relativa ao Gabinete de Apoio às Freguesias. -----

--- Com esta proposta pretende o combate às assimetrias e o desenvolvimento do concelho, tanto quanto possível com os mesmos parâmetros de desenvolvimento, empenhamento e investimento camarário, sem nenhuma atitude arbitrária, desajustada ou desigual. Em seu entender só uma estrutura suficientemente representativa dos Presidentes de Junta será capaz de sustentar os parâmetros que referiu.-----

--- Seguidamente procedeu à leitura da proposta que a seguir se transcreve, tendo solicitado o respectivo agendamento para a próxima reunião:-----

--- “ – Considerando que o Gabinete de Apoio às Freguesias, conforme está definido na Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, serviria apenas como apoio administrativo às Juntas de Freguesia; -----

--- - Considerando que o Gabinete de Apoio às Freguesias não tem funcionado nesta vertente, limitando-se a ser uma estrutura de coordenação dos poucos equipamentos que a Câmara possui; -----

--- - Considerando que todos os apoios que as Juntas de Freguesia solicitam na área administrativa, acabam por ser dados pelos diferentes Departamentos da Câmara, perdendo-se assim o objectivo principal do Gabinete;-----

--- - Considerando que as Freguesias têm manifestado interesse na criação de um Gabinete que as ajude a dar resposta aos problemas cada vez mais complexos que se lhes

deparam;-----

--- Os Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária propõem que o Gabinete de Apoio às Freguesias assuma os objectivos inscritos na estrutura orgânica e que possua ainda as seguintes funções: -----

----- I -----

Um – Proceder à elaboração de estudo e apresentação de proposta para rentabilização dos recursos da Câmara tendo em vista as necessidades das Juntas de Freguesia. -----

--- Dois – Criar pequenos estaleiros descentralizados pelo Concelho com a afectação de pessoal a essas estruturas, gerindo-os em conjunto com as freguesias da área da sua implantação.-----

--- Três – Proceder à elaboração de estudo aprofundado sobre as solicitações em termos de equipamento, para fazer face às necessidades da Junta de Freguesia, quantificando-as e apresentando proposta para a sua solução. -----

--- Quatro – Proceder à elaboração de propostas que garantam a utilização dos recursos da Câmara numa lógica de desenvolvimento sustentado, capaz de corrigir as assimetrias que se verificam no Concelho. -----

--- Cinco – Apoiar as Juntas de Freguesia nos assuntos por estas colocados à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências próprias e delegadas-----

--- Seis – Difundir informação importante para as Juntas de Freguesia em diversas matérias, nomeadamente: -----

--- - Possibilidade de Candidaturas a Fundos Comunitários;-----

--- - Uniformização de procedimentos em matérias comuns;-----

--- - Legislação; -----

--- Sete – Intensificar o diálogo, colaboração e aproveitamento racional dos equipamentos de cada Junta de Freguesia. -----

--- Oito – Acompanhar a execução do Plano de Actividades da Câmara Municipal. -----

--- Os Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária propõem ainda que: -----

----- II -----

--- Um – O Gabinete de Apoio às Freguesias possua uma estrutura simples mas com acesso directo a todos os departamentos, visando a obtenção das informações solicitadas. Assim o Gabinete de Apoio às Freguesias deverá ser coordenado pelo Presidente da Câmara ou por um Vereador em este delegar e ter um funcionário administrativo e um técnico. -----

--- Dois – Em complemento desta estrutura, as Freguesias à luz da experiência adquirida em mandatos anteriores, desenvolvam formas de cooperação e associação, tendo como critério a proximidade geográfica e a identificação de problemas e projectos comuns.----

--- Três – As Juntas de Freguesia criem um Secretariado constituído por dois Presidentes eleitos por cada força política, que manterão um contacto permanente com o Gabinete de Apoio às Freguesias, de forma a acompanhar o trabalho deste gabinete, efectuando as reuniões que forem acordadas entre as partes.-----

--- Quatro – O Secretariado funcione no respeito e na salvaguarda da autonomia e competências próprias da Câmara Municipal e de cada uma das Juntas de Freguesia. ----

--- Cinco – O Gabinete de Apoio às Freguesias promova reuniões trimestrais com todas as Juntas de Freguesia, no sentido de ir aferindo o andamento de todos os processos que tenha em mãos, assim como a execução do Plano de Actividades.”-----

--- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – Um - Dia sete de Maio – Reuniu-se com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

--- Dois – Reuniu-se, na Casa do Campino, com o senhor Presidente da Região de Turismo do Ribatejo. -----

--- Três – Dia oito de Maio – Nos Paços do Concelho, participou na reunião de coordenação de dirigentes da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Quatro - Reuniu-se com o Instituto Politécnico de Santarém.-----

--- Cinco - Dia nove de Maio – Nos Paços do Concelho, reuniu-se com os senhores Presidente e Vereadores. -----

--- Seis - Dia dez de Maio – Manteve uma reunião com o Presidente da Banda da Gançaria. -----

- Sete – Reuniu-se com o Instituto Português de Droga e Toxicoddependência que contou com a presença do Coordenador Municipal de Protecção Civil, Engenheiro Pedro Carvalho. -----
- Oito – Manteve uma reunião com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém. -----
- Nove – No Mercado da Ribeira, em Lisboa, participou no jantar de homenagem ao forcado, organizado pela Casa do Ribatejo em Lisboa. -----
- Dez – Dia treze de Maio – Nos Paços do Concelho, reuniu-se com o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- Onze – Na Casa do Brasil, reuniu-se com o Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, Dr. Nuno Domingos. -----
- Doze – Participou na reunião, realizada nos Paços do Concelho, entre o Executivo Municipal e o Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----
- Treze – Dia catorze de Maio – Recebeu munícipes durante todo o dia. -----
- Catorze – Dia quinze de Maio – Na Casa do Brasil, participou na reunião conjunta com o senhor Presidente, a Associação Comercial de Santarém e os seus associados. ----
- Quinze – Dia dezasseis de Maio – Participou nas comemorações do Dia da Escola Superior de Enfermagem. -----
- Dezasseis – Nos Paços do Concelho, participou na apresentação do Projecto “Crescer Cidadão”. -----
- Dezassete – Esteve presente na assinatura do protocolo de colaboração e parceria do Projecto “Crescer Cidadão”, entre a Câmara Municipal de Santarém, a Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar, a Santa Casa da Misericórdia de Santarém e o Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira, tendo em vista o aproveitamento da mão de obra da população em risco de exclusão no Concelho de Santarém. -----
- Referiu pretender, desta forma, sensibilizar o sector da sociedade que são os

empresários, que têm andado bastante desligados da temática social. Em seu entender, é fundamental que os outros parceiros, e não apenas a Câmara, implementem medidas e potenciem programas no sentido de sensibilizar os empresários para a resolução de problemas Sociais do Concelho. -----

--- Dezoito - Dia dezassete de Maio – Na Casa do Brasil, reuniu-se com o Chefe de Divisão de Cultura e Turismo, Dr. Nelson Ferrão. -----

--- Dezanove – Nos Paços do Concelho, reuniu-se com o senhor Presidente da Câmara.

--- Vinte – Na Casa do Brasil, reuniu-se com a Comissão das Comemorações do Centésimo Vigésimo Quinto aniversário do Nascimento de Luiza Andaluz, da Fundação Madre Andaluz. -----

--- Vinte e um – Reuniu-se, na Casa do Brasil, com o representante da Comissão Instaladora do Museu Nacional Ferroviário, Dr. Pires Pinto. -----

--- Vinte e dois – Manteve uma reunião conjunta com o Dr. Humberto Nelson Ferrão e com a Sociedade Recreativa Operária de Santarém, acerca da animação no Centro Histórico durante o Verão. -----

--- Vinte e três – Na Azambuja, participou e entrevistou no colóquio “Municípios e Festa Brava”, organizado pela Câmara Municipal da Azambuja. -----

--- Vinte e quatro – Dia dezoito de Maio – Visitou a fábrica Drink-In - Companhia de Indústria de Bebidas e Alimentação, SA. -----

--- Vinte e cinco - Participou nas Comemorações do Dia dos Museus, assinalado, entre outras iniciativas, com a inauguração da exposição “Cabral, o Viajante do Rei”, na Igreja da Graça e com o encerramento da exposição patente na Igreja de São João do Alporão.

--- Vinte e seis – Deslocou-se a Pernes para assistir ao concerto da Banda da Força Aérea. -----

--- Vinte e sete – Esteve presente na inauguração da Exposição de Pintura de Vítor Faria. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Um – Deu conhecimento de um acidente com dois trabalhadores do Serviço de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal que ficaram

bastante maltratados. Lamentou o sucedido, até porque se trata de dois funcionários bastante empenhados no seu trabalho. -----

--- Dois - Congratulou-se com o realojamento de uma família que residia numa habitação em Ruínas, à entrada de Santarém, na Estrada de São Domingos.-----

--- Três – Congratulou-se com a independência de Timor Leste que, finalmente, é um País livre.-----

--- Considerou que a posição do Governo Português dignifica Portugal, uma vez que foram cumpridas todas as obrigações a que se tinham proposto.-----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix** – Um – Aludiu ao estado degradado em que se encontra o Jardim Sá da Bandeira. Em seu entender devia ser objecto de alguma intervenção, em termos de espaço verde, de iluminação e de arranjo do lago, por forma a tornar mais atraente a cidade.-----

--- Dois – Perguntou qual o montante de pagamentos efectuados aos vários órgãos da comunicação social, escrita e falada, no actual mandato. -----

--- Três – Referiu ter sido contactada pelas Associações Culturais que vivem problemas graves em termos financeiros, na medida em que contavam com transferências de verbas por parte da Câmara.-----

--- Quatro – Referiu-se à reunião mantida com o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e à carta entretanto, endereçada ao senhor Presidente da Câmara, em que a Administração daquele CNE - Centro Nacional de Exposições solicita ao Executivo uma proposta objectiva, com carácter de urgência, face à grave situação existente, a qual, no limite, poderá pôr em causa a realização da própria Feira Nacional da Agricultura. -----

--- Uma vez que este problema não foi agendado para esta reunião, perguntou se houve algum desenvolvimento do assunto e se foi dada resposta à carta, uma vez que urge resolver este problema que põe em causa uma Empresa com uma importância relevante para o Concelho e da qual a Câmara é accionista.-----

--- Cinco – associou-se ao voto de felicitação ao povo de Timor e congratulou-se com o

nascimento deste País.-----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – Um – A propósito da viabilização do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas perguntou quais os valores recebidos do Estado relativamente à compra da Rua “O” e se há algum condicionalismo referente a esses pagamentos. -----

--- Dois – Referiu que uma das prioridades políticas da Câmara devia ser a concretização de um projecto de revitalização social, cultural e comercial do Centro Histórico da Cidade de Santarém. -----

--- Em seu entender esta questão não se resolve com medidas avulso, designadamente, no âmbito do trânsito, mas identificando a situação numa perspectiva mais abrangente em que se assumam compromissos com a população, com o Estado em contratos programa, com a Administração Pública e com privados. -----

--- Só através de um estudo objectivo, concreto e com a constituição de um programa/projecto de revitalização do Centro Histórico se pode vir a salvaguardar esta prioridade das prioridades que é continuar a usar Santarém e o seu património como grande atractivo para que as pessoas aqui se desloquem e se estabeleçam de forma agradável. -----

--- Três – Disse não ter compreendido o sentido do voto do senhor Presidente da Câmara, abstendo-se relativamente à acção do anterior Presidente da Câmara na Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.-----

--- O anterior Presidente estava em representação da Câmara. O actual Presidente estava em representação da Câmara e Santarém não votou por Santarém o que, em seu entender, é incompreensível. -----

--- Senhor **Vereador Soares Cruz** – Um – Manifestou o seu regozijo pela presença do ex-Presidente da Câmara e actual Presidente da Assembleia Municipal, nesta reunião. --

--- Dois – Desejou votos de rápida recuperação aos funcionários que estavam ao serviço da cidade e da Câmara e que tiveram um acidente. -----

--- Três – Referiu que Santarém é das cidades do Distrito que mais risco apresenta em

termos de saúde pública face a infestações que poluem os jardins. -----

--- Disse ter tido acesso a estudos feitos através de instituições por questões científicas e a percentagem de amostras recolhidas de animais infectados é alarmante. -----

--- Cerca de setenta por cento dos animais que frequentam os jardins e espaços públicos estão infectados com doenças e parasitas transmissíveis aos seres humanos. -----

--- Sugeriu que a Câmara aproveite a oportunidade de vacinação obrigatória contra a raiva para colocar microships de identificação dos animais, o que permitirá responsabilizar quem os abandona. -----

--- Em seu entender deve-se proceder à recolha dos animais abandonados e esterilizá-los e, caso não seja possível a esterilização, então, o abate, por forma a evitar que crianças sejam contaminadas nos jardins devido a esses animais infectados. -----

--- Sugeriu ainda que os serviços sanitários da Câmara elaborem um regulamento sobre este problema. -----

--- Na sequência das intervenções dos senhores Vereadores, o **senhor Presidente** referiu que irá transmitir aos funcionários vítimas do acidente, as preocupações manifestadas pelo Executivo. -----

--- Disse partilhar das preocupações expandidas pelo senhor Vereador Soares Cruz e referiu que estão a ser preparadas algumas medidas. -----

--- Colocou a hipótese de estabelecer um protocolo com a Escola Superior Agrária, na área científica. -----

--- Concordou com a colocação de microships de identificação, técnica que poderá ser introduzida no sentido de penalizar quem prevarica. -----

--- Considerou também importante que se procure sensibilizar os donos dos animais para que estas situações não aconteçam. -----

--- Relativamente à reunião da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, referiu não ter recebido a respectiva documentação atempadamente, designadamente, a ordem de trabalhos, pelo que não teve oportunidade de a analisar convenientemente. -----

--- A este propósito referiu também ter sido apresentada uma proposta de atribuição de mérito a todos os membros dos órgãos sociais cessantes, que votou favoravelmente.-----

--- Estranhou que a Direcção cessante não tenha proposto a Câmara Municipal de Santarém, que sempre fez parte dos órgãos sociais daquela Associação, para nenhum lugar.-----

--- Quanto à revitalização do Centro Histórico, disse aguardar sugestões por parte do senhor Vereador José Andrade, que possam ser enquadradas no Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- Relativamente à questão colocada pelo senhor Vereador José Andrade relacionada com a Rua “O”, solicitou ao senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro que produza a informação solicitada.-----

--- Quanto à questão das Associações, referiu que, há deliberação do mandato anterior, que ainda não foram cumpridas.-----

--- Como essas deliberações não foram revogadas, as Associações terão direito a receber as respectivas verbas.-----

--- Por outro lado, os protocolos existentes continuam em vigor uma vez que não foram revogados, pelo que, dentro das possibilidades, serão cumpridos.-----

--- Relativamente aos protocolos celebrados com as Associações de Bombeiros referiu que, não tendo sido revogados, terão que ser cumpridos.-----

--- Quanto à proposta apresentada pela CDU - Coligação Democrática Unitária, referiu que, no seu entender, o Gabinete de Apoio às Freguesias já tem as valências referidas na mesma, todavia irá ler com mais atenção a proposta no sentido de verificar se esta pode tornar mais operacional o apoio às freguesias.-----

--- Relativamente à questão levantada pela senhora Vereadora Hélia Félix, relacionada com o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, informou ter, efectivamente, recebido duas cartas daquele Centro Nacional, a que respondeu.-----

--- Recordou que na primeira carta o senhor Presidente do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas lembra à Câmara

que apenas tem dez por cento do capital social daquela sociedade, pelo que não deve extravasar as competências para além do capital de que é detentora.-----

--- Na sua resposta lamentou que, havendo tanta urgência na resolução do assunto, a reunião do Conselho de Administração, prevista para dia dezassete do corrente mês, tenha sido adiada. -----

--- Disse ter mantido uma reunião com a administração do Banco Totta, acompanhado por um administrador do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, onde transmitiu a sua posição relativamente a essa matéria e a sua preocupação e urgência na resolução deste problema. -----

--- Disse ter explicado ao senhor Presidente do Conselho de Administração que a venda do terreno não está condicionada a qualquer operação de loteamento. Por outro lado, quem tem que promover essa operação de loteamento é o dono do terreno que, neste caso, é o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- Quanto à indicação pela autarquia de possíveis interessados na compra do terreno, o **senhor Presidente** sugeriu que o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas opte pela hasta pública. -----

--- Na reunião com a administração do Banco Totta disse ter transmitido que o Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, e não a Câmara, teria que tomar uma posição rápida e urgente e apresentar uma proposta de solução ao Banco. -----

--- Interveio novamente a senhora **Vereadora Hélia Félix** referindo que, em sua opinião não é a percentagem de que a Câmara é detentora que está em causa, mas sim compromissos assumidos pela Câmara e que devem ser respeitados, encontrando as soluções para resolver o problema criado ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- Em sua opinião, a Câmara tem que encontrar uma solução urgente porque se trata de uma Instituição muito importante para o Concelho.-----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** afirmou ser importante clarificar o assunto

referente ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, esclarecendo todas as dúvidas relativas ao processo, quer no que se refere à venda da Rua “O”, quer ao valor do terreno, quer ao projecto de loteamento e ao Plano de Pormenor. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que este assunto seria presente na próxima reunião, o que mereceu a concordância da senhora Vereadora Luísa Mesquita e do senhor Vereador José Andrade que acrescentou que a posição do PSD - Partido Social Democrata está claramente definida há vários anos: a Câmara Municipal de Santarém, o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e o Governo estabeleceram um acordo de viabilização do CNE - Centro Nacional de Exposições. A Câmara de Santarém tem determinados compromissos face a esse acordo. A Câmara de Santarém tem uma dívida para com o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e tem que se responsabilizar pelo pagamento dessa dívida – concluiu.-----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de sete a dezassete do corrente mês e constantes dos Editais números noventa e seis e noventa e sete/dois mil e dois. -----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:------

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) DIVERSOS**-----

--- De **CENTRO SOCIAL INTERPAROQUIAL DE SANTARÉM**, com sede na Travessa de São Braz, número vinte e um, nesta Cidade, solicitando aprovação final do projecto para construção de um edifício destinado a centro de dia e apoio domiciliário, na Rua Miguel Bombarda, números trinta e três e trinta e cinco, freguesia de Marvila, nesta Cidade (**Zona Especial de Protecção da Igreja de Santo Estevão**).-----

--- Tendo o projecto de arquitectura sido aprovado com pareceres favoráveis do Instituto Português do Património Arquitectónico e Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, encontrando-se agora em condições de serem aprovados

os projectos de especialidades que também mereceram pareceres favoráveis por parte da EDP – Distribuição e Energia, S.A, Portugal Telecom, Serviço Nacional de Bombeiros, Serviços Municipalizados de Santarém, devendo o requerente dar cumprimento às condições neles mencionadas.-----

--- Face ao acima exposto, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a aprovação final do presente projecto, emitindo-se posteriormente o respectivo alvará de licenciamento da obra.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores José Andrade, Joaquim Neto, Idália Moniz e Soares Cruz. -----

--- De **JOSÉ JOÃO PEREIRA SALGADO**, residente na Avenida dos Combatentes, número quatro, nesta Cidade, solicitando aprovação do projecto de arquitectura, para remodelação e ampliação de uma moradia, sita na Rua Brancamp Freire, número nove, freguesia de Marvila, nesta Cidade (**Zona Especial de Protecção da Igreja de Santo Estevão**).-----

--- Pela **Divisão dos Núcleos Históricos**, foi prestada a seguinte informação:-----

--- *“Da análise do processo verifica-se que o requerente pretende com as alterações apresentadas, a beneficiação do seu imóvel de habitação que actualmente se encontra em mau estado de conservação e cuja imagem exterior nada valoriza o local importante onde se localiza.*-----

--- *As alterações propostas também ao nível da compartimentação destinam-se a dotar o fogo de habitação com melhores condições de utilização e salubridade.*-----

--- *Na proposta apresentada verifica-se que não é alterada a volumetria ou área de construção existente, bem como é mantida a cêrcea do edifício. A fenestração existente ao nível dos vãos exteriores é mantida, prevendo apenas a substituição da caixilharia, reproduzindo-se a leitura original e tipologia dos planos de fachadas, através de outro material construtivo, nesta caso tendo sido solicitada a colocação de PVC.*-----

--- *Ao nível do logradouro não é previsto qualquer tipo de intervenção, mantendo-se a sua área permeável tal como está actualmente.*-----

--- Face ao exposto julga-se que a pretensão reúne condições para o seu deferimento, devendo no entanto e em fase de obra, serem consideradas as seguintes situações: -----

--- **Um** – Demolição da antiga chaminé, após a execução da nova chaminé indicada nos respectivos desenhos.-----

--- **Dois** – Execução de beirado simples à portuguesa com telha de canudo, quando da colocação de novas telhas de aba e canudo à cor natural, em detrimento das actuais telhas de canudo.-----

--- **Três** – Eliminação de grades exteriores propostas (barrigas de freira) que se consideram inadequadas e descaracterizantes do edifício. Em alternativa poderão ser colocadas portadas interiores, que garantem o obscuramento, privacidade e segurança aos residentes.-----

--- **Quatro** – A barra decorativa proposta deverá seguir o mesmo esquema e tom de pintura existente (cinza escuro), acompanhando o edifício nas duas fachadas visíveis mais significativas, apenas no sentido horizontal sem marcação de cunhal no encontro dos dois planos de fachada.-----

--- **Cinco** – A colocação de PVC só será autorizada, caso o perfil a prever seja trabalhado do tipo antigo e com cromatismo igual ao existente ao nível do aro (verde escuro) e das folhas respectivas (branco).-----

--- Caso tal não seja possível poderá ser prevista a aplicação de alumínio termolacado, com as características atrás indicadas. O mesmo critério será aplicado relativamente à porta de entrada.-----

--- Tendo em conta que o edifício se encontra na Zona Especial de Protecção da Igreja de Santo Estevão (Santo Milagre) o presente processo deverá ser sujeito a parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico.”-----

--- Pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, foram emitidos pareceres favoráveis à pretensão em causa.-----

--- Assim, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o projecto de arquitectura,

devendo ser apresentados os projectos de especialidades, no prazo de cento e oitenta dias. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores José Andrade e Soares Cruz. -----

--- De **PEDRO MATOS GARCIA**, residente na Rua Pedro de Santarém, número cinquenta e seis – terceiro direito, freguesia de Marvila, nesta Cidade, solicitando aprovação do projecto de arquitectura, para recuperação e remodelação de uma habitação sita na Travessa Gaspar Freitas, número vinte um, freguesia de Marvila, nesta Cidade (**Zona de Protecção das Muralhas de Santarém**). -----

--- O **Chefe da Divisão dos Núcleos Históricos**, prestou a seguinte informação:-----

--- *“Apresenta o requerente projecto de arquitectura para uma habitação unifamiliar na Travessa Gaspar de Freitas , número vinte um, no local onde existem umas edificações em mau estado de conservação, respeitante a uma antiga habitação e oficina.-----*

--- *A Travessa Gaspar de Freitas corresponde a uma antiga artéria adjacente à muralha de Santarém e muito próximo do antigo postigo de Santo Estevão.-----*

--- *Actualmente ainda existe um pequeno troço desta muralha.-----*

--- *Da análise ao projecto verificamos que este se enquadra nas medidas preconizadas no Plano de Urbanização e Salvaguarda do Centro Histórico de Santarém, tanto no que respeita à volumetria, forma e espaços internos, pelo que nada temos a opor ao deferimento.-----*

--- *Deverá submeter-se este projecto aos pareceres da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Gabinete de Arqueologia.”-----*

--- Pelas entidades acima referidas foram emitidos pareceres favoráveis com algumas condições a cumprir.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o projecto de arquitectura em causa, devendo ser apresentado os projectos de especialidades, no prazo de cento e oitenta dias.

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação deste assunto, os

senhores Vereadores José Andrade e Soares Cruz. -----

--- De **SÃO LÁZARO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LIMITADA**, com sede na Avenida Dom João II, um ponto dezasseis ponto zero cinco, décimo terceiro Piso, Município de Lisboa, solicitando aprovação do projecto de demolição de um edifício sito no Gaveto entre o Largo Cândido dos Reis e Rua Pedro de Santarém, freguesia de Marvila, nesta Cidade. (**Zona Especial de Protecção da Igreja de Jesus Cristo – Hospital**) -----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado o seguinte:-----

--- *“Pretende-se a demolição das preexistências em remate de quarteirão, a sujeitar a operação urbanística (obra de edificações) que constitui o processo número seiscentos e quarenta e quatro/dois mil e um (em via de aprovação), em local inserido na Zona Especial de Protecção da Igreja do Hospital (denominada de Jesus Cristo). -----*

--- *Foi consultado o Instituto Português do Património Arquitectónico, nos termos do artigo dezanove do Decreto Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, entidade que não se pronunciou no prazo aí estabelecido, pelo que se entende concordância com a pretensão. Importa referir que o Instituto Português do Património Arquitectónico emitiu parecer favorável ao projecto de arquitectura que corresponde à operação urbanística a promover posteriormente. -----*

--- *Proponho a aprovação da intervenção preconizada, devendo dar-se cumprimento ao previsto no artigo quarto da Portaria mil cento e cinco/dois mil e um, de dezoito de Outubro, para emissão do alvará de obras de demolição.” -----*

--- Após uma troca de impressões, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, deferir a pretensão em causa, em face dos pareceres técnicos emitidos. -----

--- De **SÃO LÁZARO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LIMITADA**, com sede na Avenida Dom João II, um ponto dezasseis ponto zero cinco décimo terceiro Piso, Município de Lisboa, solicitando aprovação do projecto de arquitectura, para

construção de um edifício destinado a comércio e serviços, no Gaveto entre o Largo Cândido dos Reis e Rua Pedro de Santarém, freguesia de Marvila, nesta Cidade. (**Zona Especial de Protecção da Igreja de Jesus Cristo – Hospital**)-----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação:-----

--- “Os elementos agora apresentados referem-se às correcções do projecto que constitui o presente processo, e surgem na sequência de anterior informação (datada de Novembro de dois mil e um – constante do processo), e de reunião com os serviços técnicos da Divisão de Gestão Urbanística, no sentido de definição de todas as condições subjacentes à viabilidade de pretensão e de cumprimento do regulamento do Plano Director Municipal.-----

--- Conforme já identificado nas anteriores informações, a proposta objecto do presente processo refere-se ao projecto de arquitectura para construção do edifício localizado no Largo Cândido dos Reis, proposto na continuidade da intervenção do mesmo promotor para o quarteirão das Rua Pedro de Santarém e Avenida António dos Santos (Centro C. W. Shopping).-----

--- Assim, e relativamente aos elementos agora em análise, informa-se: -----

--- **Um – ENQUADRAMENTO NO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**-----

--- **Um ponto um – Artigos trinta e oito e quarenta e dois** -----

--- Foi reduzida a volumetria do edifício (e conseqüentemente o número de pisos conforme expresso na anterior informação, no sentido de assegurar o cumprimento da altura máxima de vinte cinco metros prevista na alínea b) do artigo trinta e oito do Regulamento do Plano Director Municipal, não existindo assim qualquer piso acima deste limite (apenas os elementos de composição de fachada previstos no projecto: pala, guardas, cobertura do terraço). -----

--- Informa-se ainda que se consideram salvaguardadas as preocupações constantes no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no que se refere às disposições previstas no artigo cinquenta e nove, uma vez que se trata de um edifício de gaveto, com

localização nas condições previstas no artigo sessenta do mesmo regulamento.-----

--- No que se refere ao enquadramento no artigo quarenta e dois, informa-se que face à proposta apresentada no presente processo, e verificando-se a constituição de um piso (fracção autónoma) destinado a um outro uso, considera-se ultrapassado o condicionalismo deste artigo;-----

*--- **Um ponto dois – ESTACIONAMENTO** -----*

--- Conforme já expresso nas anteriores informações, informa-se que foi proposto pelo requerente o dimensionamento de estacionamento (vinte e nove lugares) no empreendimento misto de habitação, comércio e serviços (de que também é promotor) localizado do lado oposto da Rua Pedro de Santarém, em alternativa ao não dimensionamento de estacionamento no interior do lote (conforme previsto nos artigos setenta e dois, setenta e quatro e setenta e cinco do Regulamento do Plano Director Municipal);-----

--- A solução proposta foi considerada passível de aceitação, uma vez que se verifica um dimensionamento de lugares em excesso no empreendimento acima referido, e que se entende a pretensão como passível de enquadramento nas disposições previstas no artigo oitenta e um (características e localização da parcela em causa, nomeadamente acessos, circulação viária envolvente a gaveto de dimensões bastante reduzidas, tráfego), evitando-se também com esta solução a duplicação de acessos a estacionamentos em cave, associados a uma única intervenção na mesma área.-----

--- Deverão assim ser identificados num dos pisos de estacionamento do empreendimento acima referido, os lugares a afectar ao presente edifício (constituição da propriedade horizontal), anexando-se planta de identificação ao presente processo.-

*--- **DOIS – ENTIDADES EXTERIORES AO MUNICÍPIO** -----*

--- Relativamente às entidades consultadas, informa-se:-----

*--- **Dois ponto um** – Foi emitido parecer favorável pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (aprovação do projecto); -----*

*--- **Dois ponto dois** – Foi emitido parecer favorável pela Delegação de Saúde;-----*

--- **Dois ponto três** – *O requerente apresentou nesta data cópia do comprovativo de aprovação pelo Serviço Nacional de Bombeiros do projecto de segurança contra risco de incêndio, conforme previsto no Decreto-Lei número quatrocentos e dez/noventa e oito, de vinte e três de Dezembro;* -----

--- *Face ao acima exposto, considera-se que se encontram agora reunidas as condições que possibilitam conduzir à proposta de aprovação do projecto de arquitectura apresentado.*” -----

--- Também o **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informou o seguinte: -----

--- *“Considerando que a requerente apresentou o documento comprovativo da titularidade do prédio, embora com a área inferior à real, tendo solicitado já a actualização desta na Conservatória do Registo Predial, não havendo dúvidas quanto à área do lote de que é proprietário como se comprova com o levantamento topográfico apresentado em catorze do corrente mês, sou de parecer que o projecto de arquitectura poderá ser aprovado, o qual mereceu pareceres favoráveis do Instituto Português do Património Arquitectónico, Delegação de Saúde e Serviço Nacional de Bombeiros.”* ----

--- Em face dos pareceres atrás transcritos, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, aprovar o projecto de arquitectura em causa, devendo ser apresentados os projectos de especialidades, no prazo de cento e oitenta dias. -----

--- Apresentaram **Declaração de Voto:** -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita**, em nome da CDU - Coligação Democrática Unitária: -----

--- *“A Coligação Democrática Unitária votou contra o término deste processo, tal como tínhamos feito relativamente ao edifício do centro comercial, porque estamos perante uma intervenção típica, excepcional, não contextualizada e que teria exigido em nome da qualidade de vida da Cidade de Santarém, em nome da modernidade e em nome do combate ao caos urbanístico da nossa cidade a formulação de um plano de*

pormenor. Estamos perante construções que vão criar impacto social, ambiental e estético relativamente a toda a cidade, mas particularmente, no Largo Cândido dos Reis, o que não foi tido em conta e que naturalmente trará prejuízos acrescidos para um ponto que discutiremos e que é a requalificação do Campo Emílio Infante da Câmara. -

--- Votámos contra também, porque não restam dúvidas no impacto da fluidez do tráfego, que não foi considerado, pudemos prová-lo aqui quando a Coligação Democrática Unitária pediu o resultado do estudo feito para a implantação do anterior edifício, já iniciada a construção. -----

--- Votámos contra também pelo impacto negativo e destruição do comércio tradicional, particularmente no Centro Histórico.-----

--- São estas todas as razões porque votámos contra.” -----

*--- O **senhor Presidente**, em nome do PS - Partido Socialista:-----*

--- “Os eleitos do Partido Socialista votaram favoravelmente este processo por considerarem que se enquadra no projecto global já aprovado anteriormente pelo executivo, e que na nossa opinião pode promover e dinamizar o Centro Histórico com condições de qualidade de vida para aqueles que possam usufruir deste empreendimento. No entanto, os eleitos do Partido Socialista, chamam uma vez mais a atenção, e serão implacáveis quer no cumprimento da legislação em vigor naquilo que diz respeito à construção deste edifício, quer no cumprimento relativamente à situação dos estacionamento e à circulação naquela área.” -----

*--- De **TRAVECAR – COMÉRCIO DE PEÇAS DE AUTOMÓVEL, LIMITADA**, com sede na Rua Rádio Ribatejo, número cinco – segundo esquerdo, nesta Cidade, solicitando aprovação do projecto de arquitectura para alteração de um estabelecimento comercial sito no Largo dos Capuchos, número dezasseis A, freguesia de Marvila, nesta Cidade. (**Zona de Protecção das Muralhas e Portas de Santarém**)-----*

*--- Pela **Divisão dos Núcleos Históricos**, foi emitido um parecer do seguinte teor:-----*

--- “Pretende o requerente remodelar um estabelecimento comercial existente no Largo dos Capuchos. -----

--- *Verifica-se que a proposta possui uma intervenção de pouco significado volumétrico resumindo-se à colocação de telhados e alterações funcionais internas.*-----

--- *Pelo projecto apresentado não verificamos inconveniente no deferimento. Contudo deverá, em conjunto com os projectos das especialidades apresentar pormenores construtivos de platibanda e dos vãos das portas e janelas.*-----

--- *Deverá dar cumprimento ao previsto no artigo doze – intervenções e achados arqueológicos – do Regulamento do Plano de Urbanização e Salvaguarda do Centro Histórico de Santarém.*-----

--- *Propõe-se o parecer da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e do Gabinete do Plano Municipal de Santarém a Património Mundial.”*-----

--- Também pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém e Gabinete do Plano Municipal de Santarém a Património Mundial, foram emitidos pareceres favoráveis com algumas condições a observar. -----

--- Assim, em face do acima exposto a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de arquitectura, devendo ser apresentados os projectos de especialidades, no prazo de centos e oitenta dias. -----

--- **B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS** -----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **BONDUELLE (PORTUGAL) – AGROINDÚSTRIA, S.A.**, com sede na Zona Industrial de Santarém, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para ampliação das instalações industriais, sitas no local da sua sede.-----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido um parecer do seguinte teor:-----

--- *“Na sequência da minha informação de quinze de Janeiro último (constante do processo) e uma vez obtidos os pareceres do Instituto para a Conservação e Exploração*

da Rede Rodoviária e Direcção Geral das Florestas, proponho a viabilização da ampliação das instalações da Bonduelle nas seguintes condições:-----

--- **Um** – É autorizada a construção na Zona Um, desde que se cumpra o disposto nos artigos sessenta e setenta e cinco do Regulamento do Plano Director Municipal; -----

--- **Dois** – É autorizada a construção na Zona Dois desde que seja respeitada uma distância de cinquenta metros até ao limite da plataforma da Estrada (ex-Estrada Nacional cento e catorze) e se cumpram as disposições regulamentares referidas em um;

--- **Três** – Não é autorizada a edificação na Zona Três por se entender que a mesma obrigaria ao derrube dos sobreiros, os quais interessa preservar e porque a mesma colidiria com o disposto na alínea c) do número um do artigo oitavo do Decreto Lei número treze/setenta e um, de vinte e três de Janeiro.”-----

--- Após uma troca de impressões a Câmara deliberou, por maioria, com três votos contra do Partido Social Democrata, indeferir a pretensão do requerente podendo no entanto ser viabilizada, conforme informação técnica, ou seja, os pavilhões um e dois com as respectivas condições.-----

--- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO**-----

--- De **JOSÉ JÚLIO DA CONCEIÇÃO SILVA**, residente na Recta do Fairro, na Vila e freguesia de Alcanhões, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia, na Vila e freguesia da sua residência. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado o seguinte:-----

--- “É solicitada informação de viabilidade de construção em terreno localizado na Unidade Operativa da Quinta das Martanas, em Alcanhões (UP três), também integrado em território da Reserva Agrícola Nacional.-----

--- A pretensão refere-se à viabilidade de construção de uma moradia num terreno com seis mil seiscentos e oitenta metros quadrados, onde já se encontra construída uma habitação e anexos. É ainda definido como pressuposto, a aquisição de uma parcela de

terreno confinante com a propriedade, no sentido de possibilitar o acesso à moradia (uma vez aferida a viabilidade de construção).-----

--- De acordo com o disposto no artigo noventa e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal (regime transitório) até à aprovação dos planos municipais de ordenamento do território previstos no artigo oitenta e quatro, aplicam-se os parâmetros definidos para os espaços agro-florestais. -----

--- Assim, e face ao acima exposto, informa-se que nas presentes condições a pretensão não é viável, uma vez que não é assegurado o enquadramento no número um do artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal no que diz respeito à área da parcela (espaços agro-florestais integrados na Reserva Agrícola Nacional). -----

--- Informa-se ainda que não é igualmente viável a construção de uma Segunda habitação, uma vez que nos espaços agro-florestais só é autorizada a construção de uma habitação em cada parcela (e anexos quando fora da Reserva Agrícola Nacional).

--- Importa por último referir, que até à publicação das novas regras para este local (novo Plano Municipal de Ordenamento do Território: UP três), ainda que obtida desafectação da Reserva Agrícola Nacional, não será possível pelas razões já expressas, autorizar a pretensão.” -----

*--- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi ainda informado o seguinte: -----*

--- “Não tendo o requerente respondido ao ofício de vinte e dois de Março último, deverá a pretensão ser indeferida e informar-se o interessado de que a mesma poderá vir a ser viabilizada após entrada em vigor do Plano de Urbanização, conforme parecer do Gabinete responsável pela sua elaboração.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável, em face dos pareceres atrás transcritos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Manuel Afonso, José Andrade e Soares Cruz. -----

*--- **C) LOTEAMENTOS** -----*

--- De **JOSÉ CARLOS VICENTE PEREIRA E OUTROS**, residentes na Rua dezasseis de Abril, número sessenta e dois, Alto do Bexiga, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando recepção provisória das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada através do alvará número dois/noventa e seis, denominada por Urbanização Quinta do Pinheiro, sita no lugar de Fontainhas, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade -----

--- Pela **Comissão de Vistorias**, foi concluído o seguinte: -----

--- *“Após vistoria ao local, a Comissão considerou que as obras de infra-estruturas reúnem condições para a recepção provisória, à excepção das seguintes, que deverão ser reparadas: -----*

--- **Um** – *Passeios envolventes dos edifícios em construção; -----*

--- **Dois** – *Pavimentos em zonas pontuais com vestígios de degradação, que deverão ser corrigidos através de saneamento das camadas subjacentes.” -----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, receber as obras de urbanização provisoriamente, em face do auto de vistoria emitido e suas condições.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores José Andrade e Soares Cruz. -----

--- De **JOSÉ FERREIRA PAIXÃO**, residente na Travessa Moinho de Vento, na Vila e freguesia de Vale de Santarém, solicitando aprovação dos projectos das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade sita na Rua Casal Mimoso, na Vila e freguesia da sua residência.-----

--- Pela Portugal Telecom, EDP – Distribuição e Energia, S.A, Serviços Municipalizados de Santarém, Bombeiros Municipais de Santarém, Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida, Departamento de Obras Municipais, foram emitidos pareceres favoráveis com algumas condições a observar.-----

--- Em face do acima exposto, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar os respectivos projectos das obras de urbanização, devendo o requerente nos termos dos artigos vinte e três e trinta do Decreto Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa

e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, requerer a emissão do respectivo alvará de licenciamento e prestar uma caução, no prazo de um ano, para garantia da execução das obras de urbanização, no valor de noventa e nove mil novecentos e oitenta e um euros e setenta e dois.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- De **RAFAEL & PEREIRA, LIMITADA**, com sede na Rua Doutor Jorge de Sena, no lugar de Alto do Bexiga, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando recepção definitiva das obras de urbanização referentes a uma propriedade licenciada através do alvará número seis/noventa e seis, sita no lugar e freguesia da sua sede.-----

--- Após vistoria ao local a Comissão de Vistorias, concluiu que se encontravam reunidas as condições de ser efectuada a recepção definitiva das obras de urbanização. --

--- Em face desta conclusão a Câmara deliberou, por unanimidade, receber definitivamente as obras de urbanização licenciadas pelo alvará número um/oitenta e nove, alterado pelo alvará número seis/noventa e seis.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **D) TEMAS PARA CONHECIMENTO**-----

--- Estudo de loteamento referente a uma propriedade sita na Estrada de São Domingos, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, em nome **de J.C. MENDONÇA & FILHOS, LIMITADA**.-----

--- Tomado conhecimento.-----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **REMOÇÃO DE VEÍCULOS INDEVIDAMENTE ESTACIONADOS NA VIA PÚBLICA – PROPOSTA DE EDITAL** – Pelo senhor Vereador Manuel Afonso foi presente a seguinte proposta de edital:-----

--- “Faz-se saber que a Câmara Municipal de Santarém em (data), deliberou, no

exercício das suas competências previstas na alínea u) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, que irá proceder à remoção dos veículos que se encontrem na situação de estacionamento abusivo, nos termos da alínea a) do artigo cento e sessenta e nove do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e cinco-A/dois mil e um, de vinte e oito de Setembro.-----

--- Serve também a presente que, por força da mencionada deliberação e nos termos do número seis do artigo cento e setenta do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e cinco-A/dois mil e um, de vinte e oito de Setembro, as despesas de remoção serão imputáveis aos interessados, aquando do levantamento do veículo.-----

--- Por força da mesma deliberação, os interessados ficarão ainda responsáveis pelo pagamento dos encargos legais estabelecidos na Portaria número mil quatrocentos e vinte e quatro/dois mil e um, de treze de Dezembro. -----

--- No âmbito da mencionada deliberação camarária e do número quatro do artigo cento e setenta e um do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e cinco-A/dois mil e um, de vinte e oito de Setembro, se os proprietários não procederem ao levantamento dos veículos no prazo de trinta dias após a sua notificação, confere automaticamente à edilidade a possibilidade dos mesmo serem vendidos em hasta pública.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da proposta de edital apresentada pelo senhor Vereador Manuel Afonso, devendo proceder-se à respectiva publicação. -----

--- **PROTOS COLOS CELEBRADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, A DRINK-IN - COMPANHIA DE INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO, SA E DIVERSAS ASSOCIAÇÕES - UM - COM A UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM - RATIFICAÇÃO** – A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do protocolo subscrito em dezoito do corrente mês pelo senhor Presidente.-----

--- O referido protocolo fica anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua

transcrição nos termos da Lei.-----

--- **DOIS – COM O CENTRO DE CONVÍVIO, CULTURA E DESPORTO DAS ABITUREIRAS - RATIFICAÇÃO** – A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do protocolo subscrito em dezoito do corrente mês pelo senhor Presidente.----

--- O referido protocolo fica anexo à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- **TRÊS – COM O CLUBE DESPORTIVO AMIENSE - RATIFICAÇÃO** – A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do protocolo subscrito em dezoito do corrente mês pelo senhor Presidente. -----

--- O referido protocolo fica anexo à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O senhor Vereador Joaquim Neto não participou na apreciação e votação deste assunto em virtude de pertencer aos órgãos sociais do Clube em epígrafe.-----

--- **PROPOSTAS DE MODIFICAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DOIS** - Pela Divisão

Financeira foram presentes as seguintes propostas de modificação, nos termos dos pontos oito.três.dois e oito.três.um.dois do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro:-----

--- No **Plano Plurianual de Investimentos** – número um, a dotação total, nas Funções Sociais importa no valor global de um milhão setecentos e vinte e sete mil e noventa euros, financiamento que ficará definido.-----

--- No **Orçamento** – número um, que totalizou tanto nos **REFORÇOS** como nas **ANULAÇÕES** a importância de um milhão e trezentos mil euros. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação os documentos apresentados, que ficam como anexos à presente acta (Documento IV e V), tendo a Câmara deliberado, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, aprovar as modificações propostas, nos termos do disposto no número dois, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e

nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- **APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS RELATIVAS AO EMPRÉSTIMO DE CINCO MILHÕES DE EUROS** – Na sequência do deliberado na

reunião de catorze de Fevereiro último, foi presente o contrato de abertura de crédito a celebrar com o Banco Totta & Açores, relativo ao empréstimo no valor de cinco milhões de euros, destinado a investimentos no âmbito do Saneamento Básico, Valtejo e Recuperação da Estrutura Viária e Arranjos Exteriores do Complexo Aquático. -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, aprovar as cláusulas do referido contrato. -----

--- **CAMPO INFANTE DA CÂMARA – CONCURSO PÚBLICO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE LOTEAMENTO MUNICIPAL E ESTUDO URBANÍSTICO VIÁRIO ENVOLVENTE** – Na sequência da proposta de

requalificação e cronograma de intervenção apresentados na última reunião do Executivo Municipal, foram presentes o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos relativos ao concurso limitado por prévia qualificação para elaboração de loteamento municipal e estudo urbanístico para a área envolvente ao Campo Infante da Câmara, sito em Santarém. -----

--- Foi também presente a proposta apresentada pela CDU - Coligação Democrática Unitária na mesma reunião que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que este espaço “nobre da cidade” tem sido objecto de várias reflexões, debates, avaliações e mesmo propostas de intervenção; -----

--- Considerando que estamos perante um dos últimos espaços do planalto onde o desordenamento urbanístico, a grande concentração populacional e a deficiente qualidade de vida têm feito lei;-----

--- Considerando a existência de várias propostas e documentos tornados públicos oriundos das diferentes forças vivas da cidade e também da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;-----

--- Considerando que diversas vezes a requalificação deste espaço foi objecto de tradução orçamental em diferentes executivos camarários; -----

--- Considerando que os fundos comunitários disponíveis para o concelho diminuíram grandemente com o phasing out;-----

--- Considerando o estado de abandono e de degradação que tem atingido este espaço;--

--- Os Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária propõem: -----

--- Um – Que seja tido em conta o relatório da Comissão do Campo Infante da Câmara, que consubstancia as conclusões apresentadas na Assembleia Municipal Extraordinária de catorze de Junho de mil novecentos e noventa e cinco, particularmente o seguinte: ---

--- “a Comissão entende que a solução futura do Campo Infante da Câmara deverá resultar de um estudo aprofundado que possibilite a escolha da melhor solução entre as várias propostas que do mesmo resultarem. (...) este estudo deverá à partida ser orientado, por objectivos de utilização que contemplem, para além da harmonia estética e funcional do futuro espaço, a implantação de equipamentos vocacionados para a qualidade de vida dos munícipes (designadamente dos jovens), para a cultura, para o lazer, para o turismo, em horários de utilização diversificada e para serviços cuja natureza e actividade seja conexas com os objectivos gerais”. -----

--- Dois – A imediata execução de um Plano de Pormenor, no âmbito dos recursos técnicos da Câmara Municipal, que considere: -----

--- Dois.Um – A integração do Campo Infante da Câmara no espaço mais vasto e envolvente – zona de transição entre a cidade velha e a cidade nova – em articulação com o Centro Histórico, da Avenida Sá da Bandeira ao Sacapeito, incluindo o Largo Cândido dos Reis, o espaço contíguo ao Instituto da Juventude e Campo de Jogos da Chã das Padeiras. -----

--- Dois. Dois – A articulação das acessibilidades como elemento estratégico, sem a qual não há solução integrada e estruturante, que faça a ligação da Avenida Sá da Bandeira ao Sacapeito, considerando a inserção com a Estrada Nacional número três e do Sacapeito ao Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, incluindo a rectificação do traçado da Avenida Afonso Henriques, de modo a integrar a Praça de Touros e demais elementos envolventes.-----

--- Dois.três – O estacionamento (de superfície e subterrâneo) como peça fundamental e complementar de todo o estudo. -----

--- Dois.quatro – A ocupação e o ordenamento equilibrado e harmonioso de todo o espaço público (sem habitação) e privado. -----

--- Três – A definição de um cronograma de intervenção que integre os diferentes patamares de requalificação do Campo Infante da Câmara.” -----

--- Este assunto foi objecto de amplo debate, tendo o senhor Presidente começado por referir que, em seu entender, as duas propostas apresentadas não colidem pelo que concorda com a proposta da CDU - Coligação Democrática Unitária desde que se substitua plano de pormenor por estudo urbanístico. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** referiu não haver inconveniente na alteração sugerida, desde que cumpridos todos os parâmetros da proposta, acrescentando, no entanto, que a sua proposta prevê que seja atribuída aos técnicos da Câmara a responsabilidade da elaboração do Plano de Pormenor para o Campo Infante da Câmara.

--- O **senhor Presidente** frisou que os meios técnicos da Câmara não permitem elaborar um plano de pormenor que permita uma intervenção em tempo útil. Assim, em seu entender essa responsabilidade não deve ser atribuída aos técnicos da Câmara, para acelerar os procedimentos e possibilitar os contributos de técnicos nacionais. -----

--- A pedido do senhor Presidente, interveio o **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** que confirmou a dificuldade dos técnicos da Câmara elaborarem, em tempo útil, um plano de pormenor para o Campo Infante da Câmara. ----

--- Em face desta impossibilidade a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** referiu que a CDU - Coligação Democrática Unitária iria reformular a proposta, lamentando as dificuldades técnicas da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** afirmou que na sua opinião aquele local deverá ser o pulmão da cidade, um espaço de lazer, um parque, discordando da construção de um centro de saúde preconizado na proposta do PS - Partido Socialista. Embora entenda que é urgente a requalificação daquele espaço, considera que esta deve ser criteriosa, uma vez que se estão a gerir dinheiros públicos. -----

--- Após mais alguma troca de impressões o assunto foi retirado a fim de permitir uma análise mais aprofundada pelo Executivo Municipal, bem como a reformulação da proposta apresentada pela CDU - Coligação Democrática Unitária, devendo ser novamente presente na próxima reunião. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** informou ainda, que o PSD - Partido Social Democrata irá apresentar, uma proposta para o Campo Infante da Câmara.-----

--- **PARQUES DE ESTACIONAMENTOS – SUBTERRÂNEOS – ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo Grupo de trabalho, constituído pelos senhores Director do Departamento de Obras Municipais, Engenheiro Francisco Jerónimo; Assessor Urbanístico, Arquitecto Humberto Martinho; Secretário do senhor Vereador Joaquim Neto, Dr. Celso Ricardo Braz e Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias, Engenheiro Técnico João Paulo Carvalho, foi presente a informação, datada de catorze de Maio de dois mil e dois, que a seguir se transcreve:-----

--- “No cumprimento do despacho de vinte e cinco de Abril de dois mil e dois o Grupo de Trabalho desenvolveu um conjunto de acções, que visam accionar um processo de construção de três parques de estacionamento subterrâneo na Cidade de Santarém. -----

--- Nesta fase estamos em condições de propor a aprovação de um caderno de encargos que visa a Concessão da Concepção, Construção e Exploração dos seguintes parques:---

--- Dados específicos dos três parques-----

--- **A – Parque Infante Santo** -----

- - Localização: Largo do Município / Praça Infante Santo-----
- - Capacidade mínima: trezentos lugares -----
- - Reserva de estacionamento permanente para o Município: cinco por cento dos lugares -----
- - Prestação mínima mensal da concessão: quinhentos euros-----
- - Período de concessão: vinte anos -----
- - Arranjos exteriores: -----
- Devem prever: Mobiliário urbano; espaços verdes; reposição dos monumentos existentes mais significativos; garantir o acesso de veículos prioritários à Praça do Município e o acesso pedonal directo ao Mercado Municipal. -----
- **B – Parque do Choupal**-----
- - Localização: Largo Comendador Paulino da Cunha e Silva -----
- - Capacidade mínima: quatrocentos lugares-----
- - Prestação mínima mensal da concessão: mil euros -----
- - Período de concessão: vinte anos -----
- - Arranjos exteriores: -----
- Devem prever: Equipamento de lazer e mobiliário urbano para espaço de convívio social. -----
- **C – Parque Olival da Comenda**-----
- - Localização: Avenida Bernardo Santareno -----
- - Capacidade mínima: quatrocentos lugares-----
- - Prestação mínima mensal de concessão: mil euros -----
- - Período de concessão: vinte anos -----
- - Arranjos exteriores: -----
- Devem garantir o restabelecimento da estrutura viária e tratamento paisagístico à superfície. -----
- Para os três casos consideramos que devem ser aceites propostas condicionadas que envolvam alterações do prazo de concessão.-----

--- No caso do Parque Infante Santo, na afectação das avenças especiais para residentes da zona devem ser incluídos nas mesmas condições os funcionários do Município.-----

--- O Arquitecto Martinho entende que neste parque deveria ficar já garantido a título gratuito um número razoável de estacionamento (oitenta lugares) para trabalhadores do Município.-----

--- Para melhor autonomizar estes processos, julgamos que devem ser accionados concursos públicos independentes.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do concurso em epígrafe, aprovando os respectivos anúncio, programa de concurso e caderno de encargos, devendo previamente o processo ser analisado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos e por um economista.-----

--- Mais foi deliberado nomear os senhores Dr. Carlos Fernandes, Engenheiro Leonardo Figueiredo, Dr.ª Catarina Malha e Ana Bento para integrar a Comissão de Abertura, e os senhores Engenheiro Jerónimo, Engenheiro Leonardo Marcelino e Fátima Santos para integrar a Comissão de Análise das Propostas.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade.-----

--- **CAMINHO RURAL DE LIGAÇÃO DO CASAL DA CHARNECA A CASAL D'ALÉM – ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e cinco – DET, de quinze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “A obra em título foi objecto de candidatura ao programa AGRIS, tendo sido aprovada.-----

--- Com vista ao seu lançamento procedemos à elaboração de um processo (anúncio, programa de concurso, caderno de encargos e respectivo projecto), que uma vez aprovado ficam reunidas as condições técnicas para a abertura do respectivo concurso, cujo valor de estimativa orçamental monta a cento e trinta mil oitocentos e setenta euros, com um prazo de execução de noventa dias.-----

--- Propõe-se as seguintes comissões: -----

--- **Comissão de Abertura**-----

--- - Dr. Carlos Fernandes -----

--- - Engenheiro Leonardo Figueiredo -----

--- - Dr. Carlos Alves-----

--- - Dr.^a Maria Vicente -----

--- - Ana Maria Bento -----

--- **Comissão de Análise** -----

--- - Engenheiro Leonardo Figueiredo -----

--- - Engenheiro João Paulo Coelho-----

--- - Maria de Fátima Santos.” -----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** prestou o seguinte parecer: ---

--- “Nos termos da informação, vimos propor a abertura de um concurso público (...).---

--- Mais informamos que esta acção está prevista no Plano Plurianual de Investimentos dois mil e dois/dois mil e cinco.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do concurso em epígrafe, aprovando os respectivos anúncio, programa de concurso e caderno de encargos e respectivo projecto. -----

--- Mais foi deliberado concordar com a Comissão de Abertura e de Análise das Propostas, conforme sugerido na informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade.-----

--- **EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIÁRIAS NO CONCELHO - ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi

presente a informação número noventa e quatro – DIS, de vinte e seis de Abril de dois mil e dois, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que a empreitada de “Execução de Ligações Domiciliárias no Concelho – Ano dois mil e um”, actualmente ainda a decorrer, será concluída no

próximo mês de Junho, e que será necessário assegurar nessa altura os serviços de ligações domiciliárias, foram preparados: um projecto, programa de concurso e caderno de encargos para o lançamento de um concurso para a execução de ligações domiciliárias nos diversos sistemas Municipais, que se anexam a esta informação.-----

--- Colocamos à consideração de V. Ex.^a o lançamento do respectivo concurso, bem como da necessária aprovação do projecto, programa de concurso e caderno de encargos, com os dados gerais seguintes:-----

--- **Dados Gerais:** -----

--- - Base do concurso – cento e vinte e três mil duzentos e cinco euros -----

--- - Prazo – um ano -----

--- - Concurso – limitado-----

--- - Empreitada – por série de preços.” -----

--- O Director do **Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Para cumprimento desta acção prevista no Plano Plurianual de Investimentos, vimos propor que seja accionado o concurso nos termos da presente informação.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do concurso em epígrafe, aprovando os respectivos projecto, programa de concurso e caderno de encargos. -----

--- **CAMINHO MUNICIPAL NÚMERO MIL TREZENTOS E CINQUENTA E UM – PORTELA DAS PADEIRAS/QUINTA DA SAÚDE – BENEFICIAÇÃO - RECTIFICAÇÃO DO TRACADO DA ROTUNDA R DOIS** – Pelo **Departamento**

de Obras Municipais foi presente a informação número noventa e oito – F, de trinta do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Durante a fase de implantação dos trabalhos, foi detectado que a construção da Rotunda dois, em conformidade com o projecto aprovado, condicionava a manutenção de um sobreiro existente, por o mesmo se encontrar na faixa de rodagem proposta.-----

--- Dado tratar-se de uma árvore com porte e características excepcionais, foi equacionado rever o projecto naquela zona, deslocando a Rotunda por forma a que o sobreiro fosse mantido próximo do centro da ilha central. -----

--- A solução gráfica encontrada impõe uma maior área de ocupação de terrenos particulares e a translação operada afasta-se da actual zona pavimentada, o que promove um acréscimo de escavação para abertura de caixa de pavimento e execução da mesma com as camadas de sub-base e base, correcção do traçado com prolongamento de passeios, reposição de muros e acessos a propriedades privadas.-----

--- Estima-se que o custo dos trabalhos inerentes, não contabilizados no projecto inicial atinja o valor de **onze mil oitocentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos**, conforme mapa de medições e estimativa de custos em anexo. A avaliação de custos foi feita com base nos preços unitários da proposta a afectar às quantidades apuradas. -----

--- Para implementação da solução alternativa ao projecto inicial, no sentido da preservação do sobreiro, torna-se necessário:-----

--- a) aprovação superior da solução técnica;-----

--- b) aprovação dos trabalhos a mais resultantes, conforme valor estimado em **onze mil oitocentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos**;-----

--- c) promover o ajuste dos protocolos de cedência de terrenos particulares, atendendo às novas áreas necessárias à implementação da solução.” -----

--- O Director do **Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Com o objectivo de preservar um sobreiro de grande porte, vimos propor a alteração da implantação do nó viário.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a rectificação do traçado da rotunda R dois, aprovando os trabalhos a mais no montante de onze mil oitocentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos, devendo celebrar-se o respectivo contrato adicional.

--- **REGULAMENTO MUNICIPAL DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS INDUSTRIAIS** – Na sequência do deliberado na reunião do Executivo Municipal de seis do corrente mês, pelos Director do **Departamento de Obras Municipais**, Engenheiro Francisco António Maia Jerónimo e **Jurista**, Dr. José António Torrão, foi presente a informação número cento e um, de treze do corrente mês, do seguinte teor:---

--- “No cumprimento da deliberação do Executivo Municipal em reunião de seis de Maio de dois mil e dois, vimos em consequência, apresentar as alterações ao teor do Regulamento aprovado na generalidade.-----

--- Um – Quanto à alteração da numeração dos artigos primeiro e segundo não vimos inconveniente que passe a ser a seguinte :-----

--- *Artigo primeiro – Objectivos*-----

--- *Artigo 2º - Definições* -----

--- Dois – A alínea d) do artigo vinte (Definições) passa a ter a seguinte redacção:-----

--- *d) Autoridade Municipal – A Câmara Municipal de Santarém, ou a entidade a quem esta delegar a aplicação e/ou a execução deste Regulamento.*-----

--- Três – Quanto à sugestão da introdução de uma vistoria prévia a realizar no âmbito do Capítulo III, julgamos a mesma não se justificar atendendo que a autorização para a ligação depende de dados do Anexo-II que identifica as características do efluente e que através do Capítulo VI é possível verificar as condições de descarga. -----

--- Acresce ainda o facto de no Capítulo VIII, Artigo vinte e cinco estarem definidos os mecanismos de controle prévio à ligação. -----

--- Quatro – Sobre o teor do Artigo trinta e cinco (suspensão da exploração) sugerimos que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: -----

--- *Um. O não pagamento no prazo de trinta dias das quantias referidas no número um do Artigo anterior dará lugar à aplicação de juros à taxa legal em vigor.* -----

--- *Dois. Cumulativamente, e em qualquer caso, conferirá à Autoridade Municipal o direito à aplicação de uma penalização por atraso de pagamento no valor correspondente a dez por cento do valor global da factura em atraso, nunca sendo superior a mil Euros.* -----

--- *Três. Se o atraso nos pagamentos devidos à Autoridade Municipal se prolongar para além de trinta dias, poderá esta interromper total ou parcialmente a prestação do serviço ao Utilizador Industrial até que se encontre pago o débito correspondente.*-----

--- *Quatro. As despesas da obturação do ramal de ligação serão suportadas pelo Utilizador Industrial.*-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Descarga de Águas Residuais Industriais, com as alterações sugeridas, bem como o respectivo tarifário. -----

--- Mais foi deliberado submeter o projecto de Regulamento a apreciação pública, nos termos do artigo cento e dezoito, do Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e dois/noventa e um, de quinze de Novembro e, posteriormente, remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação.-----

--- O referido Regulamento fica anexo à presente acta (Documento VI), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O **senhor Presidente** proferiu algumas palavras de agradecimento aos Técnicos que elaboraram o presente Regulamento.-----

--- **ESTUDO PARA CASA MORTUÁRIA EM EDIFÍCIO EXISTENTE NA RUA TENENTE VALADIM** – Pelo Chefe de **Divisão dos Núcleos Históricos** foi presente a

informação número noventa e um, de dezassete de Abril findo, do seguinte teor: -----

--- “Apresenta-se esboço arquitectónico de instalação de uma Casa Mortuária em edifício existente na Rua Tenente Valentim.-----

--- O estudo teve por base um levantamento existente num projecto de licenciamento apresentado recentemente na Câmara. -----

--- No local existe uma edificação de um só piso, com área que se estima em cento e vinte e cinco metros quadrados, totalmente construída. -----

--- O edifício encontra-se em estado de ruína e possui ainda o alinhamento primitivo que conduzia à Porta de Valada. -----

--- A proposta em esboço permite indicar a possibilidade de instalação de duas Salas, uma com trinta e dois metros quadrados e outra com trinta e nove metros quadrados. ----

--- Propõe-se uma pequena sala de estar – pequeno átrio com cerca de dezassete metros quadrados, instalações sanitárias para ambos os sexos e uma instalação sanitária para pessoas com dificuldades de mobilidade.-----

--- A proposta manterá a cêrcea e o volume existente e propõe, em termos de linguagem arquitectónica da fachada, a incorporação de elementos simples, mas alusivos à função de Casa Mortuária.-----

--- Considerando a área de construção e os materiais a aplicar neste tipo de edifício público estima-se que a sua construção poderá orçar em sessenta e dois mil euros.”-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** propôs o seguinte:-----

--- “A solução aqui proposta parece-me capaz de dar resposta à necessidade de se construir uma nova Casa Mortuária, pelo que proponho a sua aprovação.”-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “A cidade de Santarém necessita de uma Casa Mortuária junto ao Cemitério, que termine definitivamente com os cortejos fúnebres pelas ruas da cidade.-----

--- Esta solução parece reunir boas condições quanto à localização e ao custo do terreno para a sua instalação.”-----

--- Seguiu-se alguma troca de impressões tendo a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerado que esta solução não reunia as condições necessárias. Perguntou se foram desencadeados todos os esforços para encontrar um espaço para a construção de uma casa mortuária que corresponda às necessidades da Cidade e que contemplasse, também, uma sala de apoio médico e outros espaços de apoio.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** também foi de opinião que deveria ser feito um esforço no sentido de encontrar um espaço com mais dignidade e que correspondesse às reais necessidades da Cidade.-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** informou que a Igreja dos Capuchos está a ser recuperada para, a partir de um de Junho, poder ser utilizada para as cerimónias religiosas fúnebres.-----

--- Neste momento existe uma sala com cerca de quarenta metros quadrados, em excelentes condições. A curto prazo há a possibilidade de recuperar uma outra casa para o mesmo fim. -----

--- Assim, com a solução hoje apresentada, brevemente haveria a possibilidade de se dispor de quatro salas junto ao Cemitério dos Capuchos. -----

--- Sublinhou a grande dificuldade que se verifica em encontrar um espaço na zona junto ao cemitério, que permita concentrar várias salas e responder com mais dignidade às necessidades da Cidade. Daí que, face às dificuldades com que tem deparado apresenta esta solução que embora não seja a ideal, vem ajudar a resolver o problema. -----

--- O **senhor Presidente** também considerou o espaço exíguo. Todavia, face à necessidade urgente de uma casa mortuária, propôs a aquisição do imóvel e que se solicite aos técnicos a elaboração de um estudo alternativo com outro enquadramento, que permita um melhor aproveitamento do espaço existente, eventualmente com mais um piso. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente, adquirindo ao senhor Carlos Manuel Rodrigues Santos, o prédio urbano, sito na Rua Tenente Valadim, números trinta e três – trinta e cinco e trinta e sete, pelo montante de cinquenta mil euros. -----

--- Mais foi deliberado, solicitar aos respectivos técnicos, a elaboração de um estudo alternativo para instalação de uma casa mortuária naquele edifício. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Luísa Mesquita. -----

--- **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL** – **PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO** – Pelos Directores do **Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano**, do **Departamento de Obras Municipais** e do **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** foi presente a informação número trinta e dois/DDGUA, de dezassete de Abril findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da reunião de coordenação do passado dia dez do corrente mês, na qual foi discutido o assunto referente à avaliação do património municipal e se entendeu que deveria ser constituída uma nova comissão de avaliação do património imobiliário face à indisponibilidade dos técnicos que a compõem actualmente em prosseguir o trabalho de avaliação que falta realizar, a actual comissão vem propor ao senhor Presidente que esta nova comissão passe a ser constituída pelos seguintes técnicos: -----

--- - Arquitecto Humberto Cordeiro Martinho; -----

--- - Arquitecta Paisagista Maria Assunção Soares Lopes e -----

--- - Engenheira Filipa do Canto. -----

--- Integrariam, ainda, esta comissão um técnico do Departamento de Obras Municipais e um técnico do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, sempre que a avaliação incida sobre infra-estruturas ou sobre imóveis classificados ou em vias de classificação, respectivamente, cabendo aos respectivos departamentos a nomeação do técnico para o efeito.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a Comissão de Avaliação do Património Municipal proposta na informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, as senhoras Vereadoras Luísa Mesquita e Idália Moniz. -----

--- **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO RIBATEJO – PROPOSTA DE PLANTACÃO DE OLIVEIRAS NA ROTUNDA AO CANTO DA VINHA GRANDE** – Foi presente uma proposta da Associação dos Agricultores do Ribatejo para plantação de três oliveiras adultas da variedade galega na rotunda ao canto da Vinha Grande. -----

--- O senhor **Vereador Soares Cruz** congratulou-se com esta proposta sublinhando que vem de encontro a uma que já havia apresentando anteriormente. Na sua opinião deveria ser feito um contraste entre as plantações que se faziam antigamente e as actuais. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a plantação de oliveiras no local proposto. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, as senhoras Vereadoras Luísa Mesquita e Idália Moniz. -----

--- **ATAM - ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS – PEDIDO DE APOIO PARA ESTAGIÁRIO DE REGIÃO DE FULACUNDA, GUINÉ BISSAU** – Foi presente um ofício da **ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais** do seguinte teor: -----

--- “Durante o mês de Maio e primeira quinzena de Junho estagiará na ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, o senhor Ueleguett La Batcha, da Região de Fulacunda, Guiné Bissau. -----

--- Como é do conhecimento de V. Ex.^a existe um protocolo de gemação entre Santarém e Fulacunda. -----

--- Por este motivo, atrevo-me a solicitar ao senhor Presidente algum apoio a este estagiário, que poderia concretizar-se na oferta do pequeno almoço e do almoço, no Bar dos Paços do Concelho e no refeitório do CAS - Centro de Apoio Social do Pessoal da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Esta Associação oferece alojamento, jantar e uma remuneração a este Guineense, durante o estágio.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Manuel Afonso, Luísa Mesquita e Idália Moniz. -----

--- **PRÉDIO URBANO SITO NA RUA CIDADE DA COVILHÃ – EVENTUAL AQUISIÇÃO** – Na sequência da proposta apresentada pelo senhor Vereador Soares Cruz em reuniões anteriores, designadamente, na de quinze do mês findo, pelo **Director do Departamento Administrativo e Financeiro** foi presente o processo relacionado com a eventual aquisição das antigas instalações da Empresa Batista, Limitada, sitas na Rua Cidade da Covilhã, número sete, nesta Cidade. -----

--- O processo inclui uma proposta de venda do imóvel, apresentada pela Ribatel – Comunicações, actual proprietária do imóvel, no valor de trezentos e sessenta mil euros.

--- O senhor **Vereador Soares Cruz** considerou o valor apresentado exagerado. Todavia, solicitou o empenhamento da Câmara para negociar com os respectivos proprietários a aquisição de todos os edifícios existentes naquele espaço. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerou que deviam ser desenvolvidos esforços no sentido daquele espaço ficar totalmente liberto.-----

--- Para isso deviam ser encetadas negociações com os respectivos proprietários, dando-lhes a conhecer que a Câmara pretende aquele espaço disponível por forma a tornar visível a Sé Episcopal.-----

--- Esgotadas todas as possibilidades de chegar a acordo, deveriam ser, então, desencadeados mecanismos de expropriação pública. -----

--- O **senhor Presidente** propôs que se proceda à avaliação de todos os imóveis e, posteriormente, o assunto seja novamente presente em reunião a fim de que o Executivo possa aprovar uma proposta para a sua eventual aquisição.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente. -----

--- **CAFÉ CENTRAL - UM - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO** –

Foi presente uma carta da Storrame – Sociedade Hoteleira de Exploração Turística, Limitada referindo que o elevado estado de degradação anterior do estabelecimento e a necessidade de repor a totalidade dos equipamentos de exploração tornam o prazo de cinco anos de vigência do contrato de exploração manifestamente insuficiente para a recuperação do investimento. Assim, solicitam que o contrato de exploração tenha o seu prazo alargado para dez anos. -----

--- Sobre o assunto foi presente a informação número trinta e três, de vinte e cinco de Janeiro último, do Gabinete de Assuntos Jurídicos que refere nada ter a opor ao solicitado, em termos jurídicos. -----

--- Foi também presente a informação número trinta e cinco, de trinta do mês findo, do Director do Departamento Administrativo e Financeiro que confirma que nas condições específicas do Edital está previsto no seu ponto seis que a concessão da exploração será

feita pelo período de cinco anos e pode ser prorrogada, a requerimento do concessionário e com o acordo da Câmara Municipal de Santarém, por período de igual duração. -----

--- O **senhor Presidente** considerou não fazer sentido que, nesta data, se defira este pedido. O edital prevê que a concessão da exploração seja pelo período de cinco anos pelo que, em sua opinião, a decisão de prorrogação deste prazo deverá ser tomada, no futuro, pelo próximo Executivo Municipal. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de prorrogação do prazo de concessão da exploração por mais cinco anos. -----

--- **DOIS - INICIO DO PAGAMENTO DA RENDA** – Pela mesma Sociedade foi presente uma carta referindo as dificuldades com que se depararam e que contribuíram para que a abertura do Café Central tivesse sido protelada. -----

--- Assim, e porque o atraso no início da exploração representou um pesado encargo económico, solicita que o início do pagamento da renda acordada tenha lugar apenas a partir do mês de Abril, data em que a exploração se iniciou. -----

--- Uma vez que, no que se refere ao início do pagamento da renda, nada é explicitado nas condições do edital, dado que houve apenas um concorrente ao concurso e considerando que a exploração só se iniciou efectivamente em Abril, o **senhor Presidente** propôs que o pedido seja deferido. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que o pagamento da renda , pela Storrame – Sociedade Hoteleira de Exploração Turística, Limitada, tenha início a partir do mês de Abril inclusive. -----

--- **TRÊS – ESPLANADA** – Pela senhora **Vereadora Idália Moniz** foi presente a informação número cento e sessenta e um, de vinte e sete de Março último, do seguinte teor: -----

--- “Na reunião de Câmara de dois de Agosto de dois mil e um, foi adjudicada pela Câmara Municipal de Santarém, a concessão, a título precário, da exploração do Café Central de Santarém e Pronto a comer Adjacente, sito na Rua Guilherme de Azevedo número trinta e um – cento e quarenta e três em Santarém, à firma STORRAME,

Exploração Turística, dando, sequência ao Edital número cento e cinquenta e um, de três de Julho de dois mil e um. -----

--- Das condições de exploração que o concessionário ficou obrigado a respeitar, refere-se a de “abrir o estabelecimento ao exterior através da colocação de esplanada na Rua Guilherme de Azevedo”. -----

--- No sentido de poder cumprir esta condição vem a empresa concessionária propor à Câmara Municipal de Santarém a instalação de uma esplanada na faixa central da referida rua. -----

--- A instalação da esplanada pretendida implica o encerramento do trânsito automóvel na Rua Guilherme de Azevedo, (durante os meses de Verão). Ficando assegurado o trânsito de emergência através dos passeios que possuem a dimensão necessária para esse fim. -----

--- Tendo em conta a cláusula referida e tendo em vista, a revivificação e revalorização do Centro Histórico da Cidade, propõe-se a instalação da esplanada nos moldes solicitados, com os seguintes condicionamentos.-----

--- Um – Este equipamento deverá ser objecto do parecer técnico, de modo a garantir a qualidade e o enquadramento naquele espaço urbano.-----

--- Dois – Deve ser assegurado, em permanência, o trânsito de emergência na Rua Guilherme de Azevedo.”-----

--- Na sequência desta informação, o **Chefe de Divisão dos Núcleos Históricos** prestou a informação número noventa e dois, de dezoito do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativo à colocação de esplanada na Rua Guilherme de Azevedo, frente ao Café Central, tece-se o seguinte parecer:-----

--- Um – O mobiliário da esplanada – mesas, cadeiras e chapéus de sol – deverá ser previamente apresentado com a finalidade de se verificar o aspecto estético e de qualidade.-----

--- Dois – A ocupação de esplanada nesta Rua pressupõe a colocação de um estrado que nivele a área. A colocação desse estrado na área destinada ao trânsito não permitirá a

circulação de veículos em caso de emergência, pois a largura dos passeios é insuficiente para tal efeito.-----

--- Deste modo o espaço a ocupar pela esplanada deverá permitir a passagem franca de veículos. Assim o parecer do Gabinete de Protecção Civil é importante nesta decisão.---

--- Três – Face ao número de estabelecimentos comerciais existentes nesta Rua e na envolvente deverá ser assegurado o período de cargas e descargas. Assim o parecer da Divisão de Equipamento e Trânsito é também importante nesta decisão. -----

--- Quatro – Julga-se que a colocação da esplanada na área do passeio adjacente à fachada do Café Central com possibilidade de circulação de transeuntes será a melhor solução.”-----

--- O **Coordenador Municipal de Protecção Civil** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Nada temos a obstar desde que aconteça o aviso atempado da situação, de molde a informar os diferentes agentes da protecção civil.-----

--- Foram consultados os Corpos de Bombeiros da Cidade.” -----

--- O **senhor Presidente** manifestou a sua total concordância com a instalação da esplanada naquele local, independentemente das alterações que o trânsito venha a sofrer. Considerou importantíssimo que o Centro Histórico possa ter condições de instalar esplanadas em espaços nobres, como é o caso em análise. -----

--- A senhora **Vereadora Idália Moniz** frisou que a instalação desta esplanada era uma das condições de exploração daquele estabelecimento. -----

--- Sublinhou que o Café Central desde que abriu tem sido um foco de movimento no Centro Histórico. Há famílias a frequentar o Centro Histórico em função da abertura do Café Central.-----

--- Manifestou a sua preocupação pelo facto de, às vezes, as crianças saírem a correr do café e o trânsito circular naquela rua. Neste momento o Café Central é um centro de convívio e gostaria de ver prolongada a sua actividade com a instalação da esplanada.---

--- A **senhora Vereadora Hélia Félix** manifestou a sua total concordância com a instalação da esplanada, até porque constituía uma exigência do concurso.-----

--- Disse concordar com a instalação da esplanada em conformidade com o proposto pelo Chefe da Divisão de Núcleos Históricos, que levanta algumas questões relacionadas com a segurança, nomeadamente a passagem de veículos em caso de emergência. -----

--- O **senhor vereador José Marcelino** também considerou a instalação da esplanada importante, sublinhando o facto de, no contrato, a sua instalação ser obrigatória. -----

--- Manifestou a sua preocupação face à possibilidade de continuar a existir trânsito, uma vez que se prevê a existência de cargas e descargas, bem como a passagem de veículos prioritários. -----

--- Em seu entender devia haver coragem para encerrar o trânsito naquela rua na totalidade. -----

--- O **senhor Presidente** disse partilhar da opinião do senhor Vereador José Marcelino, uma vez que, em seu entender, a alteração de circulação de trânsito no Centro Histórico terá que passar pela limitação e pelo impedimento quase total da circulação nalguns locais. -----

--- Lembrou que a informação da Protecção Civil refere não haver problemas uma vez que o acesso pode ser feito pelos dois lados da rua. -----

--- Relativamente às cargas e descargas referiu tratar-se de uma questão que terá que ser equacionada, não podendo manter-se como está actualmente. -----

--- Interveio novamente a senhora **Vereadora Idália Moniz** frisando que a animação também é importante e, se não houver um circuito pedonal definido, é impossível durante as horas de comércio fazer-se qualquer tipo de animação no Centro Histórico. --

--- Disse ser importante a animação para, em conjunto com a boa vontade dos comerciantes, chamar a população ao Centro Histórico. -----

--- Sublinhou que a sua informação, que dá origem a este processo, sugere que se encerra o trânsito na Rua Guilherme de Azevedo. Sugeriu, também, que sejam retirados os pilares de modo a permitir a passagem de veículos em caso de emergência, bem como, reduzir as barreiras para os invisuais. -----

--- O senhor Vereador Manuel Afonso foi de opinião que a instalação de esplanadas irá atrair mais população e, por lado, ajudará a criar condições para que deixe de haver trânsito no Centro Histórico. -----

--- Frisou que a construção dos parques subterrâneos, hoje aprovados, é fundamental e irá contribuir, a curto prazo, para que o Centro Histórico seja mais utilizado pelas pessoas.-----

--- A Câmara, em face dos pareceres favoráveis dos senhores Vereadores Manuel Afonso e Joaquim Neto, deliberou, por unanimidade, autorizar a instalação da esplanada nos termos propostos pela senhora Vereadora Idália Moniz, na informação atrás transcrita.-----

--- **UNIÃO VETERANOS DA RIBEIRA DE SANTARÉM – II TORNEIO DE FUTEBOL VETERANOS DE AMIZADE – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de um pedido de subsídio da União de Veteranos da Ribeira de Santarém para fazer face às despesas com o almoço-convívio entre as equipas e vários convidados do II Torneio de Futebol Veteranos da Amizade, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros.-----

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – CONCURSO NACIONAL DE PESCA DESPORTIVA DE RIO – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de um pedido de apoio da União Desportiva de Santarém para edição de um cartaz e de um catálogo referente ao trigésimo oitavo Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Rio, a realizar no próximo dia vinte e três de Junho, na Barragem do Maranhão, em Avis, o **Adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente**, emitiu o seguinte parecer:-----

--- “À consideração do senhor Presidente com proposta de apoio no valor de cento e vinte e cinco euros para auxiliar nas despesas com a promoção e atribuição de um trofeu.

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, à União Desportiva de Santarém, um subsídio no montante de cento e vinte e cinco euros.-----

--- **SEMANA ACADÉMICA DOIS MIL E DOIS – PEDIDO DE APOIO** – Pelo Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, Dr. Nuno Domingos, foi presente a informação número duzentos e setenta e nove, de oito do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência de reunião havida e de troca de impressões, e da posterior análise do processo, e à semelhança do ano transacto, venho pela presente colocar à consideração de Vossa Excelência o seguinte apoio à Semana Académica, apoio para o qual consigno parecer favorável: -----

--- a) Reserva do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas para a realização do evento, de vinte e seis de Maio a um de Junho, assumindo um custo limitado a catorze mil novecentos e sessenta e três euros e noventa e quatro cêntimos (três milhões de escudos);-----

--- b) Atribuição de um subsídio de sete mil quatrocentos e oitenta e um euros e noventa e sete cêntimos (um milhão e quinhentos mil escudos) para apoio à realização dos concertos previstos no programa;-----

--- c) Parece-me razoável que, em contrapartida, a Semana Académica ceda a esta Autarquia cem bilhetes por concerto.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder os apoios preconizados na presente informação e, como contrapartida, a Semana Académica cede cinquenta bilhetes semanais. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

-- **CENTRO DE APOIO A TOXICODPENDENTES DE SANTARÉM – PROPOSTA DE REALOJAMENTO E/OU APOIO PARA ARRENDAMENTO** –

Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora Principal, Dr.ª Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número cento e oitenta e dois, de quatro do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “O assunto exposto no ofício anexo enviado pelo Centro de Apoio a Toxicodependentes de Santarém, reporta-se à situação de um Agregado Familiar seleccionado para os fogos a construir em Vale de Estacas.-----

--- Trata-se de um Agregado Familiar constituído pelo casal e duas filhas menores, representado por Adriano Rodrigues Paranhos, de cinquenta e nove anos, natural de Santarém e reformado. Como antecedentes relevantes, importa referir que há cerca de três anos tomámos conhecimento que o Agregado Familiar se encontrava a viver numa barraca em Almeirim, entendendo a Autarquia Local que face à perspectiva de realojamento em Santarém iria apoiar no arrendamento de habitação no mercado privado. O que se veio a confirmar e a família encontra-se a residir no Vale de Santarém, Rua do Açude, número três, com um encargo mensal de duzentos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos, correspondendo o apoio da Câmara Municipal de Almeirim a cinquenta por cento (cento e vinte e quatro euros e setenta cêntimos). -----

--- Conforme refere o ofício, a Câmara de Almeirim deixou de participar pelo que face à incapacidade económica da família de suportar o encargo na íntegra, estão a ser confrontados com eventual acção de despejo. A família continua a pagar apenas cinco por cento, mantendo-se em dívida a parte restante correspondente aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril do corrente ano, num total de quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos. -----

--- Face ao exposto e dado os poucos rendimentos do agregado que são provenientes da reforma de “A” e Rendimento Mínimo Garantido (quatrocentos e setenta e nove euros e trinta cêntimos), está a ser avaliado pelo Núcleo Executivo de Rendimento Mínimo Garantido o recurso à rubrica de “outros apoios” desta medida nacional para atribuição de subsídio no valor de quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos relativos à dívida ao senhorio. -----

--- Relativamente ao apoio desta Câmara Municipal, coloco à consideração de V. Ex.^a as seguintes propostas: -----

--- Um – manter o Agregado na habitação acima indicada, com o pagamento por parte desta Câmara de cinquenta por cento, que equivale a cento e vinte e quatro euros e setenta cêntimos até à data do realojamento em Vale de Estacas (a pagar directamente ao proprietário Sr. José Piedade da Silva);-----

--- Dois - realojar na Rua Aquilino Ribeiro, Lote nove, fracção BD, sexto andar B (T dois). O contrato de arrendamento poderá ser accionado a um de Maio e, em face dos rendimentos do Agregado a renda a emitir corresponderá a quarenta e nove euros e oitenta cêntimos (Decreto-Lei número cento e sessenta e seis/noventa e três, de sete de Maio – regime de renda apoiada), folha de cálculo anexa.” -----

--- O **Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Atendendo à situação descrita, bem como ao facto de se tratar de uma família em boa fase de reestruturação, considero importante mantê-la no Vale de Santarém, pelo que coloco à consideração superior o apoio de cento e vinte e quatro euros e setenta cêntimos mensais.” -----

--- A senhora **Vereadora Idália Moniz** emitiu o seguinte despacho: -----

--- “Concordo com a informação da senhora Técnica Superior e do senhor Director de Departamento. Atendendo à perspectiva de reestruturação do Agregado Familiar a atribuição do subsídio pelo Núcleo Executivo do Rendimento Mínimo Garantido, assim como, a proposta número um e o pagamento de cento e vinte e quatro euros e setenta cêntimos mensais até ao realojamento em Vale de Estacas.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Idália Moniz, concordando com o ponto um da informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz. -----

--- **CEDÊNCIA DE QUIOSQUE SITO NO LARGO CÂNDIDO DOS REIS** – Pela **Repartição de Receitas e Contencioso** foi presente uma proposta de edital referente à

hasta pública do quiosque em epígrafe e a informação número vinte e três, de dois de Maio de dois mil e dois, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência das conversações que mantivemos sobre a hasta pública do Quiosque, sito no Largo Cândido dos Reis, sugeria a V. Ex.^a o seguinte:-----

--- Para que o Quiosque não se mantenha encerrado, poder-se-ia abrir hasta pública, consignando-se a concessão por um ano, renovável ou não, devido à remodelação prevista para a zona envolvente ao mesmo.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na presente informação e aprovar a proposta de edital, que fica anexa à presente acta (Documento VII), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **CANDIDATURA AO PROGRAMA RECRIA - REGIME ESPECIAL DE COMPARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADO – PEDIDO DE MANUEL FREIRE VELOSO – REANÁLISE** – Pelo Arquitecto **Filipe Tomás Rafael** foi presente a informação número trinta e três, de vinte e cinco de Março último, do seguinte teor:-----

--- “De acordo com o ofício enviado pelo IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, de referência GETAP/R/SAN/zero zero noventa e sete, foram solicitados ao requerente os elementos em falta. De referir que o senhor Engenheiro Veloso não entregou os recibos solicitados, tendo em contrapartida apresentado cópia das transferências bancárias efectuadas pelos arrendatários.-----

--- Por outro lado, foram efectuadas as correcções sugeridas no programa de cálculo, assim como as áreas das fracções, sendo agora a comparticipação a atribuir pela Câmara Municipal de Santarém de dois mil quinhentos e oitenta euros e noventa e oito cêntimos.

--- Sugere-se, assim, o reenvio deste processo ao IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.”-----

--- O Chefe de **Divisão dos Núcleos Históricos** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Face ao exposto deverá este processo de candidatura ao RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados ser novamente enviado ao IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, concordar com a participação sugerida, no montante de dois milhões quinhentos e oitenta euros e noventa e oito cêntimos, no âmbito do Programa RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, devendo o processo ser reenviado ao IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e revogando, por consequência o deliberado na reunião camarária realizada em vinte e oito de Novembro do ano findo.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE FRACÇÃO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** – Foram presentes os seguintes pedidos:-----

--- **UM** - De César Luís Leitão Maurício, residente na Quinta do Mergulhão, Lote dois, segundo andar direito, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de superfície, das fracções “O” e “F”, correspondentes ao segundo andar direito e cave destinada a arrecadação, respectivamente, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Lote dois, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Solicitam ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca das mesmas fracções a favor do Banco Português do Atlântico, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada, bem como noutras que venham a ocorrer.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação das fracções “O” e “F”, correspondentes ao segundo andar direito e cave destinada a arrecadação,

respectivamente, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Lote dois, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Mais foi deliberado certificar que se autoriza a constituição da hipoteca a favor do Banco Português do Atlântico, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão.-----

--- **DOIS** - De **Ricardino Ferreira Gonçalves**, solicitador, com sede em Santarém, solicitando autorização para que MARIA GORETI FONTES NUNES, proceda à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “P”, correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número cinco, Quinta do Mergulhão, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Solicitam ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca das mesmas fracções a favor da Caixa Geral de Depósitos, SA, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada, bem como noutras que venham a ocorrer.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “P”, correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio sito na Rua Padre António Pereira, número cinco, Quinta do Mergulhão, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Mais foi deliberado certificar que se autoriza a constituição da hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos, SA, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão.-----

--- **PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DA CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA RELATIVA AO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E DOIS E DO PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL PARA DOIS MIL E DOIS – DOIS MIL E CINCO** - Pela CDU -

Coligação Democrática Unitária foi presente a seguinte proposta:-----

--- “A Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, na alínea c) e d) do

número dois do seu artigo sessenta e quatro, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, atribui à Câmara Municipal: -----

--- - a competência de elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e as respectivas revisões; -----

--- - a execução das opções do plano e do orçamento aprovadas, bem como as respectivas deliberações. -----

--- Aprovados que estão os instrumentos de planificação e gestão para dois mil e dois e ainda o Plano de Investimentos Plurianual para dois mil e dois – dois mil e cinco, os Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária propõem ao executivo camarário:

--- - A criação de uma comissão de acompanhamento de execução destes instrumentos de trabalho. -----

--- - Que esta comissão integre: um vereador de cada uma das forças políticas presentes no executivo camarário e deputados municipais representantes das forças políticas deste órgão deliberativo. -----

--- - Que a representação da Assembleia Municipal seja constituída por cinquenta por cento de representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia. -----

--- - Caso seja aprovada esta proposta, ela seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal -----

--- - Se aprovada a proposta pelos respectivos órgãos autárquicos do concelho, deverão as forças políticas representadas apresentarem os nomes dos elementos que irão integrar a referida comissão. -----

--- - Aprovada e constituída a comissão, esta deverá, na primeira reunião, definir a estrutura de funcionamento (simples e operacional).” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e indicar os senhores Vereadores José Marcelino pela CDU - Coligação Democrática Unitária, Joaquim Neto pelo PS - Partido Socialista e Hélia Félix pelo PSD - Partido Social Democrata, para integrarem a referida Comissão. -----

--- Mais foi deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de

apreciação e votação. -----

--- **PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DA CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA RELACIONADA COM AS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE SANTARÉM** – Pela CDU - Coligação Democrática Unitária foi presente a seguinte

proposta:-----

--- “No actual momento da democracia portuguesa são ainda muito insuficientes as medidas e o estímulo à dinamização da vida associativa.-----

--- Daí que inúmeras são as dificuldades relativamente aos meios existentes e ao voluntariado do movimento associativo.-----

--- No entanto, as necessidades das populações exigem, cada vez mais, novas soluções e novas respostas, o que obriga o Estado ao cumprimento dos seus deveres constitucionais.

--- É neste contexto que enquadramos a importância inquestionável das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários.-----

--- Naturalmente que estes homens e mulheres, sem nada receberem em troca, oferecem à comunidade que servem as suas vidas com um único objectivo – **garantir a protecção e segurança das populações**.-----

--- O concelho de Santarém possui três Associações de Bombeiros em regime de voluntariado situadas em Santarém, Pernes e Alcanede.-----

--- E esta realidade é uma mais valia para um concelho, capital de distrito, cuja localização sócio-geográfica de transição lhe confere um lugar e um papel estratégicos.-

--- Ao longo dos anos a diversidade geomorfológica do concelho tem contado com um plano director municipal inadequado às necessidades; um ordenamento territorial acéfalo; uma zona ribeirinha abandonada; uma rede viária pouco recuperada e não raras vezes mal dimensionada; o uso excessivo do carro próprio por ausência de alternativa de transportes e estacionamento; o abandono das zonas mais problemáticas do planalto da cidade; e um rio que reage pela incúria dos homens.-----

--- Estes elementos têm exigido uma actuação permanente de protecção e segurança das

populações.-----

--- E é neste âmbito que as Associações de Bombeiros Voluntários do concelho de Santarém têm que ser avaliadas. -----

--- Por tudo isto propomos que o executivo camarário se empenhe numa política de intervenção capaz de:-----

--- - dinamizar um eficaz serviço municipal de protecção civil de forma a garantir a segurança das populações, particularmente nas áreas de maior risco;-----

--- - promover a coordenação das diversas Corporações de Bombeiros do Concelho, visando a rentabilização e o integral aproveitamento dos meios existentes;-----

--- - dinamizar em conjunto com o poder central e os Corpos de Bombeiros do Concelho a constituição de grupos disponíveis para a primeira intervenção (GIP);-----

--- - contribuir para a melhoria das instalações e equipamentos dos Corpos de Bombeiros;-----

--- - garantir os apoios imprescindíveis às Associações de Bombeiros Voluntários através de protocolos consensualmente aceites.”-----

--- O **senhor Presidente** manifestou a sua concordância com a quase totalidade da proposta apresentada, até porque o senhor Vereador Manuel Afonso e ele próprio, têm vindo a fazer tudo o que nela está escrito, desenvolvendo esforços no sentido de resolver os problemas. -----

--- Lembrou, todavia, que no actual contexto legislativo não é possível, este ano, a constituição de GIPs, como é pretendido, o que já foi sublinhado em reunião anterior.---

--- Assim, sugeriu que no parágrafo onde é proposto “dinamizar em conjunto com o poder central e os Corpos de Bombeiros do Concelho a constituição de grupos disponíveis para a primeira intervenção (GIP)”, se acrescentar “dentro do espírito da Lei vigente”.-----

--- Como os senhores Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária não viram inconveniente no aditamento sugerido, o senhor Presidente submeteu a proposta a

votação, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com a alteração introduzida pelo senhor Presidente. -----

--- PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DA CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA RELACIONADA COM O CAMPO

INFANTE DA CÂMARA – Esta proposta foi apreciada conjuntamente com o assunto “**Campo Infante da Câmara – Concurso Público por Prévia Qualificação para Elaboração de Loteamento Municipal e Estudo Urbanístico Viário Envolvente**”, constante da presente reunião.-----

----- TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL -----

--- Informação número duzentos e trinta e um, de dezanove do mês findo, da **Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral**, propondo duas alterações ao calendário de exposições da Câmara Municipal de Santarém, para o primeiro semestre de dois mil e dois. -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar.-----

--- Informação número vinte e oito, de vinte e quatro do mês findo, do Director do **Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano**, do seguinte teor:-----

--- “Por ofício número cinco da Direcção Geral de Transportes Terrestres de nove de Janeiro de dois mil e um, informou o Senhor Director Geral que, por despacho de catorze de Dezembro de dois mil de Sua Excelência o Secretário de Estado, fora aprovada a candidatura ao financiamento da construção das Passagens Superiores Rodoviárias aos quilómetros setenta e cinco vírgula oitocentos e dezasseis (Santa Iria), setenta e oito vírgula setecentos e setenta e cinco (Alcanhões) e oitenta e três vírgula setecentos e sessenta e quatro (Vale de Figueira) da Linha Férrea do Norte. -----

--- Em dezoito de Fevereiro de dois mil e dois, através do ofício número dezassete, informou o Senhor Director Geral de Transportes Terrestres que, por seu despacho de 1 de Fevereiro, fora aprovado o projecto da obra da Passagem Desnivelada ao quilómetro setenta e cinco vírgula oitocentos e dezasseis (Santa Iria) e caminhos de acesso.-----

--- Em vinte e um de Março de dois mil e dois através do ofício número vinte e quatro, informou o Senhor Director Geral de Transportes Terrestres, que, por seu despacho de vinte e dois de Março, fora aprovado o projecto da obra da Passagem Desnívelada ao quilómetro setenta e oito vírgula setecentos e setenta e cinco (Alcanhões) e caminhos de acesso. -----

--- Em vinte e um de Março de dois mil e dois através do ofício número vinte e cinco, informou o Senhor Director Geral de Transportes Terrestres que, por seu despacho de treze de Março, fora aprovado o projecto da obra de Passagem Desnívelada ao quilómetro oitenta e três vírgula setecentos e sessenta e quatro (Vale de Figueira) e caminhos de acesso. -----

--- Nos ofícios de aprovação dos projectos refere o Senhor Director Geral que, de acordo com a alínea d) do número cinco ponto dois do Despacho Normativo número vinte e três-A/noventa e seis, a minuta do contrato de adjudicação deve ser previamente visada pela Direcção-Geral, para o que deverá ser acompanhada pelo processo com que o candidato se apresente a concurso. -----

--- Em três de Abril através do ofício número trinta e dois, informou o Senhor Director Geral dos Transportes Terrestres dos eventuais montantes da comparticipação de cada uma destas passagens desniveladas. -----

--- Permanece sem resposta o ofício da Câmara Municipal número dois mil setecentos e seis, de sete de Dezembro de dois mil e um dirigido ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da REFER-EPL - Rede Ferroviária Nacional - Empresa Pública, relativamente à comparticipação de cinquenta por cento, referente à execução da variante à Estrada Nacional número trezentos e sessenta e cinco e o pagamento integral da passagem inferior agrícola ao quilómetro setenta e nove vírgula quinhentos e cinquenta e oito (Arronca)".-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número cento e quatro, de sete do corrente mês, da **Assembleia Municipal de Santarém**, dando conhecimento que, na sessão ordinária realizada em trinta de Abril, foram aprovadas as seguintes propostas: -----

--- - Planos de Actividades e Orçamentos da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício dos **Serviços Municipalizados de Santarém**, remetendo ordem de trabalhos da reunião ordinária do Conselho de Administração daqueles serviços, realizada no passado dia vinte e nove de Abril. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor - Santarém** – Estatística do mês de Abril de dois mil e dois. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Junta de Freguesia de São Salvador**, remetendo recomendação, aprovada pela Assembleia de Freguesia, no sentido da Câmara adquirir o espaço na Rua Cidade da Covilhã, junto ao edifício do Seminário e transformá-lo em zona verde para colocação de uma estátua do primeiro Bispo de Santarém, Dom António Ferreira Marques. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, enviando cópia do requerimento ao Governo, apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita, sobre a “Requalificação da Margem do Rio Tejo em Santarém – Projecto Al-Margem. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal do Cartaxo**, remetendo moção sobre o Aeroporto Internacional da OTA. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta da **Micromineiro, Informática e Comunicações, Limitada**, informando que transmitiram a favor de Euroges – Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S.A., a

totalidade dos créditos a curto prazo, relativas a fornecimentos e/ou prestações de serviços à Câmara Municipal. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta de **Silvério & Melro, S.A.**, informando que transmitiram a favor de Euroges – Aquisição de créditos a curto prazo, S.A., os créditos a curto prazo relativos à empreitada de “Estação Elevatória de Águas Residuais de Alcanhões”.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta de **HES – Sistemas Informáticos, Limitada**, informando que efectuarem com o BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A., contrato de factoring, relativo a fornecimentos a esta Câmara Municipal. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Processos de contra-ordenação arquivados** – Mês de Abril de dois mil e dois. ----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Processos de contra-ordenação – Coimas aplicadas** no mês de Abril de dois mil e dois. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do **CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas**, solicitando disponibilização de Mupis GT, Mupis Paris e Padrão de Descobrimentos para a divulgação do cartaz da Feira.-----

--- Tomado conhecimento do despacho de concordância, emitido pelo senhor Presidente em quinze do corrente mês.-----

--- Carta do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, remetendo resumo do Plano Zonal.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Fax da **Direcção Regional de Educação de Lisboa – Centro de Área Educativa Lezíria e Médio Tejo**, agradecendo a colaboração da autarquia na realização das I Jornadas Olímpicas do Desporto Escolar daquele Centro de Área Educativa, que decorreram no passado dia oito de Maio.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Escola Profissional do Vale do Tejo, S.A.:**-----

--- - Plano Anual de Actividades ano lectivo dois e um/dois mil e dois.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- - Relatório de actividades dois mil e dois.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Instituto de Promoção Ambiental**, remetendo cópia do relatório da consulta pública, do parecer final da Comissão de Avaliação e da declaração de impacte ambiental, relacionados com a “A Um – Auto-estrada do Norte – alargamento e beneficiação para duas vezes três vias; sublanço Aveiras de Cima/Santarém”.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação número cento e oitenta e sete, de quatro do mês findo, do Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, remetendo “Diagnóstico do Concelho de Santarém”.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Apoios às colectividades** nos anos dois mil e dois e dois mil e um.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Despacho número vinte e cinco, de dois do corrente mês, do **senhor Presidente**, determinando que o senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro e a senhora Chefe de Divisão Financeira procedam à análise dos Mapas da Situação Financeira da Câmara Municipal de Santarém, até treze de Fevereiro de dois mil e dois e dez de Abril de dois mil e dois. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia três de Junho, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do

artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”:

--- Interveio a **Dr.ª Rosalina Melro** que teceu algumas considerações relacionadas com o património municipal, designadamente, sobre o convento de São Francisco e sobre o regresso do túmulo de Dom Fernando, tendo o **senhor Presidente** prestado alguns esclarecimentos.

--- Interveio também o senhor José Luís Cruz que teceu comentários sobre o acesso à A um, no Cartaxo, bem como à passagem desnivelada para a Estrada do Campo, no Vale de Santarém.

ENCERRAMENTO

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte e uma horas e vinte minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.

O PRESIDENTE

--- _____

OS VEREADORES

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA N.º 14/02
Reunião de 20 de Maio de 2002

292
